VOTO EM SEPARADO DA BANCADA DO PT AO PL Nº 750/2016, QUE ORÇA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DO ESP PARA 2017.

O projeto de Lei nº 750, de 2016, enviado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, orça a Receita e fixa a Despesa da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo para o ano de 2017, num montante de R$ **206.026.609.232** (duzentos e seis bilhões, vinte e seis milhões, seiscentos e nove mil e duzentos e trinta e dois reais).

Em pauta pelo período regimental, o projeto recebeu 11.240 emendas. Desta vez, ao contrário dos anos anteriores, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento desta Casa não apresentou nenhuma emenda ao Orçamento 2017.

Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Piso Térreo, Sala T-01
CEP 04094-050 - São Paulo – SP
Fone 11. 3886-6440

ANÁLISE DO RELATÓRIO DO DEPUTADO JOÃO CARAMEZ.

Iniciadas as discussões sobre o Orçamento Estadual 2017 na Assembleia Legislativa de SP, alguns desafios principais estavam colocados:

1) **Suplementar de forma significativa o orçamento estadual, já que nos últimos anos o legislativo paulista tem se omitido desta tarefa.** Para efeito de comparação, a Assembleia Legislativa de SP vem suplementando o orçamento estadual em menos de 0,2% nos últimos anos. Já a Câmara Municipal de São Paulo vem suplementando o orçamento da Cidade de São Paulo, em média, em 2%.

Neste aspecto, a proposta do deputado João Caramez não permite nenhum avanço.

Os valores suplementados serão de apenas chegam a 0,165% do orçamento total proposto.

Diante deste quadro, diversas áreas, programas e ações ficaram “de fora” do relatório, tais como a educação, o

Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Piso Térreo, Sala T-01
CEP 04094-050 - São Paulo – SP
Fone 11. 3886-6440

meio ambiente, a segurança pública, as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (no desenvolvimento regional), entre outras.

Mais ainda, as emendas acatadas na forma de subemendas são absolutamente insuficientes para a realização de qualquer ação efetiva, uma vez que foram incorporadas com valores orçamentários absolutamente simbólicos na maioria dos casos.

Estes exemplos podem ser levantados em todas as áreas, ressaltando que a irrelevância dos valores suplementados é total em relação à proposta da emenda orçamentária inicial.

Estes números gerais já demonstram a completa falta de diálogo do relator com os deputados da Assembleia Legislativa e com a sociedade paulista como um todo.

Quando comparamos os valores suplementados pelo relator da LOA 2017 com outros relatórios já apresentados a esta Comissão, podemos identificar claramente o tamanho deste retrocesso do Poder

Legislativo do Estado de São Paulo na análise e aprimoramento da peça orçamentária estadual.

Em 2007, o relator deputado Samuel Moreira acrescentou ao orçamento de 2008 o valor de R$ 1,6 bilhão, ou 1,76% do valor da proposta orçamentária. Para o orçamento de 2009, o relator deputado Roberto Engler acrescentou 1,73% ao orçamento, ou R$ 2 bilhões.

Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Piso Térreo, Sala T-01
CEP 04094-050 - São Paulo – SP
Fone 11. 3886-6440

PARTIDO DOS TRABALHADORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO
GABINETE DA LIDERANÇA

Comparação relatórios do orçamento estadual – 2008, 2009 e 2017

	LOA 2008	LOA 2009	LOA 2017
proposta do executivo	**95.202.944.780**	**116.192.060.515**	**206.026.609.232**
relator do orçamento	**Samuel Moreira (PSDB)**	**Roberto Engler (PSDB)**	**João Caramez (PSDB)**
emenda - acréscimo das RECEITAS	**1.670.900.000**	**2.007.000.000**	**340.660.000**
emendas - acréscimo das DESPESAS	**1.670.900.000**	**2.007.000.000**	**340.660.000**
audiências públicas - emendas CFO	214.000.000	0	0
articulação municipal e consórcios de municípios	214.000.000	0	330.660.000
fóruns	0	0	0
iamspe	0	0	0
etec	0	0	0
fatec	0	0	0
IPT			10.000.000
emendas parlamentares	120.000.000	188.000.000	0
Tribunal de Justiça	43.600.000	0	0
outras emendas	1.278.000.000	1.819.000.000	
% em relação à proposta orçamentária	**1,76%**	**1,73%**	**0,165%**

Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Piso Térreo, Sala T-01
CEP 04094-050 - São Paulo – SP
Fone 11. 3886-6440

Proposta do Relator do Orçamento 2017

subemenda	TIPO	objeto	valor
sub emenda 1	DESPESA	conciliadores judiciais	10
submenda 2	DESPESA	defensoria (remanejamento interno retira 14 milhões de investimento para pessoal)	14.000.000
sub emenda 3	DESPESA	Patem	1.660.000
submenda 4	DESPESA	Inovação Tecnologica	10.000.000
submenda 5	DESPESA	Padre anchieta	5.000.000
submenda 6	DESPESA	Atuação especial em municípios	330.660.000
emenda	**TIPO**	**objeto**	**valor**
emenda A	**RECEITA**	**amplia no orçamento para Receita patrimonial e juros de titulos de renda**	**330.660.000**
emenda B	**RECEITA**	**amplia receita do IPT**	**10.000.000**
emenda C	DESPESA	residentes médicos	28.000.000
emenda D	DESPESA	Monitoramento da qualidade e redução da pegada ambiental	20
emenda E	DESPESA	Remanejamento interno programa de crack	20.096.151
emenda F	DESPESA	nova redação PPP linha 4 e operação de linhas metroviárias	sem valor
emendaG	DESPESA	Pessoa com deficiência- Implementação do centro paraolimpico	1.000.000

2) **Outro desafio apresentado nas discussões seria a incorporação das principais demandas apresentadas pela**

população nas Audiências Públicas do Orçamento, através da aprovação das emendas elaboradas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa de SP. Desta vez, depois de muitos anos, sequer a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento apresentou emendas que atendessem os principais pleitos das Audiências Públicas do Orçamento, eliminando por completo a participação direta da sociedade junto ao Poder Legislativo. O retrocesso e o desrespeito a este importante instrumento de participação da sociedade na discussão dos problemas do Estado vem "minando" a real democratização do legislativo e do executivo paulista.

3) **Ligado a esta questão, podemos acrescentar a falta de regionalização do orçamento paulista, impedindo que a sociedade saiba efetivamente quais recursos serão investidos em cada cidade e região do Estado de São Paulo**. Esta situação encontra-se em grande atraso em relação a outros Estados da Federação, como no caso de Minas Gerais, onde o Plano de Investimentos do Estado é completamente regionalizado, sendo discriminado por região, cidade, ação e projetos.

4) **Mais um desafio colocado seria a aprovação efetiva de emendas individuais dos deputados ao orçamento, como ocorre em todas as Casas Legislativas.** No Estado de SP, no entanto, segue-se advogando a existência de uma "jabuticaba" orçamentária, em que apenas aqui o orçamento seria estruturado na forma de programas e ações genéricos, impedindo o acolhimento de emendas "pontuais" dos deputados na sua forma original. Isso não corresponde à realidade. Na verdade, todo orçamento, em qualquer lugar do Brasil, é estruturado na forma de programas e ações genéricos, mas nem por isso algumas emendas orçamentárias dos deputados não podem ser aprovadas na sua forma integral. Na verdade, elas podem ser incorporadas ao orçamento na forma de subações (projetos e atividades), elemento de desagregação da programação orçamentária existente em qualquer sistema público brasileiro, através do qual, inclusive, o Executivo realiza o controle da realização dos seus próprios investimentos específicos. Como exemplo próximo, podemos citar mais uma vez o caso da Câmara de Vereadores de SP, onde os parlamentares aprovam suas emendas ao orçamento e as mesmas são integradas à peça orçamentária na forma de subações, tornando clara e transparente a sua execução. Levantamento feita junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e do Rio Grande do

8

Sul reforçam os nossos argumentos, uma vez que nestas casas o orçamento público é aprovado pelo legislativo incorporando-se emendas de fato dos parlamentares e das comissões permanentes, e não na forma de subemendas. Esta medida, do ponto de vista legal, permite ao parlamentar maior garantia sobre a execução da sua emenda. Ao vetar esta possibilidade no Estado de SP, o governo estadual abriu espaço apenas para as "indicações parlamentares", instrumento sem qualquer garantia legal e baixa transparência. Nesta situação, fica o parlamentar completamente refém "das vontades" e interesses do Executivo. **O parecer da relatora segue o discurso da "jabuticaba orçamentária paulista", rejeitando todas as emendas e aprovando algumas na forma de subemendas com valores irrisórios, o que descaracteriza e desvaloriza completamente o trabalho do legislativo. A continuidade desta dinâmica torna o trabalho legislativo, na "matéria orçamentária", absolutamente inócuo.**

5) **Ampliar a transparência no processo orçamentário dentro do Legislativo era outro desafio colocado. Com a manutenção de "indicações parlamentares" ao orçamento**, o parlamento paulista enfrentou grave crise durante todo o

segundo semestre de 2011, com acusações de desvios e pagamentos de propinas em relação a estas indicações.

A Assembleia, para tanto, aprovou a Lei Complementar 1.156/2011, que determina o envio pelo Executivo ao Legislativo de relatório semestral com a execução orçamentária destas indicações, contendo neste relatório o nome do deputado autor da emenda, a prefeitura ou entidade beneficiada e o valor liberado. O problema ainda persiste, uma vez que tal relatório apresenta inúmeras inconsistências e incorreções, apontadas pelos próprios deputados.

Neste ano, o relator sequer solicitou a relação das indicações parlamentares ao Orçamento Estadual 2017, que possibilitariam alguma transparência no processo, apesar das indicações não possuírem a força de “emendas oficiais ao orçamento”. Neste caso, portanto, a redução da transparência tem sido ainda menor.

Diante disto, infelizmente, além de não encerrarmos uma prática paulista de substituirmos emendas orçamentárias (instrumento legal na tramitação e execução orçamentária) por “indicações orçamentárias” - que não possuem qualquer fundamento legal, deixando deputados da Casa expostos à falta de transparência e a contínua desconfiança da sociedade

-, o relator reduz ainda mais a transparência das próprias indicações parlamentares.

Diante deste quadro mais geral, o relatório produzido pelo Deputado João Caramez representa um profundo retrocesso no papel do Poder Legislativo em aperfeiçoar o Projeto de Lei Orçamentária, permanecendo distante do interesse público.

Feitas estas considerações gerais, cabe agora analisarmos em detalhes o relatório:

Em primeiro lugar, o deputado João Caramez indica uma baixíssima suplementação ao orçamento do Poder Judiciário, deixando de acolher os pleitos apresentados pro diversas áreas.

Em segundo lugar, o deputado João Caramez não prevê qualquer melhoria das condições salariais do funcionalismo público estadual e dos aposentados.

Em terceiro lugar, o relator rejeita todas as emendas do corpo da lei, sobretudo as que buscam reduzir a enorme margem de remanejamento do Executivo, superior a 40% do Orçamento Estadual, se considerados todos os dispositivos contidos no projeto de lei.

Em quarto lugar, o relator não contempla de forma adequada os pleitos referentes ao IAMSPE, ao Centro Paula Souza, ao ITESP e à Polícia Técnico Científica, entre outras áreas.

Finalmente, apenas demonstrou alguma sensibilidade diante dos inúmeros pleitos que chegaram até esta Casa nas últimas semanas, como no caso dos médicos residentes dos Hospitais Estaduais, dos funcionários da Defensoria Pública, dos mediadores e conciliadores da justiça, entre tantos outros, porque a Bancada do PT utilizou dos instrumentos regimentais para impedir que o orçamento fosse votado sem nenhuma discussão.

Ainda assim, os médicos residentes terão que continuar lutando por recursos para que o reajuste deste ano seja pago, algo que ainda não está garantido.

Também os conciliadores terão apenas uma rubrica no orçamento, não constando recursos efetivos para o pagamento destas despesas.

A defensoria contará com um remanejamento parcial de R$ 14 milhões para o pagamento de pessoal, aquém das demandas do órgão. Estes recursos, no entanto, serão retirados da dotação dos investimentos.

Em seguida, analisaremos em detalhes a proposta orçamentária e estaremos ao final encaminhando parecer e relatório alternativo ao PL 750/2016.

13

ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2017

Introdução

O Orçamento do Estado de São Paulo em 2017 será de R$ 206 bilhões, segundo o Projeto de Lei Orçamentária enviada pelo governo Alckmin à Assembleia Legislativa.

Esta proposta é 0,55% inferior em termos nominais ao orçamento de 2016. Pela primeira vez o governo estadual apresenta uma proposta orçamentária menor que a anterior em termos nominais, refletindo a conjuntura econômica recessiva em 2016 e a previsão de continuidade deste cenário para 2017.

Para as projeções do orçamento, o governo Alckmin aposta no seguinte cenário para 2017: uma inflação de 5,14%, um crescimento do PIB de 1,30% e uma taxa de câmbio de R$ 3,45/US$. Este cenário apresenta certa queda na inflação esperada em relação à LDO 2017, bem como um crescimento da economia um pouco maior e um câmbio mais valorizado em relação à LDO. Cumpre lembrar que o orçamento ainda não está sujeito às novas regras para as despesas, uma vez que ainda está em tramitação no Congresso Nacional a PEC 241/2016 (Novo Regime Fiscal – “teto para os gastos”) e o PLP 257/2016 (Renegociação da Dívida dos Estados).

Parâmetros Macroeconômicos - 2017			
Previsão	**LDO ESP**	**LOA ESP**	**UNIÃO**
IPCA	6,00%	5,14%	6,00%
PIB paulista e Brasil	0,35%	1,30%	1,00%
Câmbio	4,2	3,45	4,4

Receitas Estaduais

As receitas com o ICMS, principal item na arrecadação, apresentarão queda de 2,12% em termos nominais. Em números absolutos, o ICMS passará de R$ 131,2 bilhões para R$ 128,4 bilhões. O IPVA apresentará um crescimento nominal de apenas 2,59%, passando de R$ 14,4 bilhões para R$ 14,8 bilhões. Com estes números, as Receitas Tributárias, que respondem por quase 74% do total das receitas, terão queda de -1,04% em 2017.

As Receitas Patrimoniais também apresentarão queda de -10,95%. Nesta rubrica estão incluídos os valores referentes às concessões rodoviárias.

As chamadas Transferências Correntes (da União para o Estado) também cairão 5,73%.

Dentre os principais itens das Receitas Correntes, apenas as chamadas Outras Receitas Correntes terão aumento de 5,48%, “puxadas” pelas receitas de “Dívida Ativa”, “Multas e Juros de Mora” e “Receitas Diversas”.

15

Do lado das Receitas de Capital, o governo Alckmin prevê uma elevação na arrecadação de 4,54%, principalmente através da elevação das receitas com Alienação de Bens (4,97%), Amortização de Empréstimos (60,65%) e Transferências de Capital (60,65%). As Operações de Crédito, principal item destas receitas, terão queda de 21,4%, passando de R$ 9,6 bilhões para R$ 7,5 bilhões. Este item reforça as dificuldades que o Estado continuará tendo em buscar recursos externos para financiar investimentos.

Estas projeções para o orçamento do Estado de SP em 2017 refletem a manutenção de um cenário de crise econômica, denunciado pela queda nas projeções de arrecadação do ICMS em relação ao orçamento de 2016. Este cenário condiz com as medidas de “ajuste fiscal” adotada pelo governo federal já em 2015, bem como o novo pacote de “cortes” nos gastos públicos anunciados pelo governo Temer/Meirelles e a manutenção de elevadas taxas de juros, cujos efeitos negativos ainda serão sentidos no próximo ano.

O governo paulista, como sempre, segue apostando no “ajuste fiscal permanente ortodoxo”, não permitindo que o orçamento público se apresente como instrumento para a reativação da economia.

16

	LOA 2016	PLOA 2017	variação 17/16
RECEITAS CORRENTES	182.267.911.104	178.735.956.636	-1,94%
RECEITA TRIBUTÁRIA	152.889.461.591	151.298.242.375	-1,04%
IPVA	14.459.577.174	14.833.815.560	2,59%
ITMD	1.787.123.200	2.176.216.181	21,77%
ICMS	131.222.666.667	128.444.900.000	-2,12%
TAXAS	5.420.090.072	5.843.310.279	7,81%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	41.945.010	41.700.010	-0,58%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	41.945.010	41.700.010	-0,58%
RECEITA PATRIMONIAL	5.197.391.567	4.628.075.337	-10,95%
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.188.131.113	702.362.360	-40,89%
RECEITA DE SERVIÇOS	1.158.015.980	584.059.521	-49,56%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.354.901.007	17.302.641.383	-5,73%
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	18.354.901.007	17.302.641.383	-5,73%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.536.705	24.182.970	269,96%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.615.750.829	4.868.820.890	5,48%
MULTAS E JUROS DE MORA	1.536.623.881	1.657.698.901	7,88%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	444.176.510	337.424.920	-24,03%
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	992.502.286	1.175.235.506	18,41%
RECEITAS DIVERSAS	1.642.448.152	1.698.461.563	3,41%
RECEITAS DE CAPITAL	12.198.881.663	12.752.401.344	4,54%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.609.600.000	7.552.709.680	-21,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.501.597.000	2.967.540.370	-34,08%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	5.108.003.000	4.585.169.310	-10,24%
ALIENAÇÃO DE BENS	2.010.120.510	2.110.020.440	4,97%
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.500.044.430	2.100.020.440	40,00%
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	510.076.080	2.100.020.440	311,71%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.553.693	1.730.100	11,35%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	577.607.150	927.941.014	60,65%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	577.606.910	922.827.754	59,77%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	310	2.160.000.110	100,00%
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	194.466.792.767	191.488.357.980	-1,53%
AUTARQUIA	10.112.233.641	11.679.955.186	15,50%
FUNDAÇÃO	834.780.160	972.636.690	16,51%
EMPRESA DEPENDENTE	1.755.559.300	1.885.659.376	7,41%
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	12.702.573.101	14.538.251.252	14,45%
TOTAL GERAL	207.169.365.868	206.026.609.232	-0,55%

Renúncia de Receita

As desonerações ou renúncias de receita do Estado serão de R$ 11 bilhões em 2017, cerca de -2,14% dos valores previstos em 2016. Como a queda das Receitas Tributárias Previstas (ICMS e IPVA) será maior, as desonerações totais vão crescer em relação às receitas totais previstas, passando de 10,57% para 10,61%.

	em milhões	2016	2017	variação 2017/2016
ICMS	Arrecadação Potencial	110.672	107.469	-2,89%
	(-) Montante das Desonerações	10.913	10.663	-2,29%
	(=) Arrecadação Prevista	99.759	96.807	-2,96%

	% renuncia ICMS	10,94%	11,01%	
IPVA	**Arrecadação Potencial**	**7.897**	**8.150**	**3,20%**
	(-) Montante das Desonerações	**417**	**425**	**1,92%**
	(=) Arrecadação Prevista	7.480	7.725	3,28%
	% renuncia IPVA	5,57%	5,50%	
TOTAL	Arrecadação Potencial	118.569	115.619	-2,49%
	(-) Total das Desonerações	**11.330**	**11.088**	**-2,14%**
	Arrecadação Prevista	107.239	104.532	-2,52%
	% renúncia	10,57%	10,61%	

Despesas Estaduais
Despesas por Grupo Econômico:

Do lado das despesas podemos verificar um aumento nominal das despesas com o custeio da administração da ordem de 3,80% em relação a 2016, sendo 5,74% de aumento em relação aos gastos com o funcionalismo público e 1,55% em relação às demais despesas de custeio. No total o governo deve gastar R$ 7,5 bilhões a mais com o custeio da máquina pública.

Em compensação, as despesas com investimentos cairão 10,79% em termos nominais, refletindo ainda mais a crise econômica do país e os impactos de um fortíssimo “ajuste fiscal ortodoxo”, receituário dos tucanos ao longo das últimas duas décadas. Os investimentos diretos cairão 6,51%, enquanto os repasses para as empresas estatais não dependentes investirem (SABESP, CDHU e METRÔ, por exemplo) cairão 21,58%. A queda nos investimentos será de R$ 2,2 bilhões em relação ao orçamento de 2016.

18

As despesas com juros e encargos da dívida, por outro lado, cairão 30,46% em 2017, resultado da renegociação da dívida dos Estados com a União já acordada e em tramitação no Congresso Nacional através do PLP 257/2016. Por este projeto, o Estado de SP deixa de pagar R$ 500 milhões da dívida pública por mês de julho a dezembro de 2016. A partir de janeiro de 2017, pagará 5,26% da parcela até atingir 100% da parcela em julho de 2018. Como contrapartida, o Estado deverá limitar o crescimento anual das despesas primárias correntes à variação do IPCA do ano anterior, em sintonia com o PLC 241/16, que prevê um Novo Regime Fiscal para a União. Em números gerais, o Estado gastará R$5,5 bilhões a menos com a dívida pública em 2017.

	LOA 2016	PLOA 2017	variação 17/16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	104.619.204.046	110.619.760.780	5,74%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90.047.333.113	91.442.123.618	1,55%
TOTAL CUSTEIO	**194.666.537.159**	**202.061.884.398**	**3,80%**
INVESTIMENTOS	14.034.210.199	13.120.528.165	-6,51%
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.569.511.270	4.367.716.080	-21,58%
TOTAL INVESTIMENTOS	**19.603.721.469**	**17.488.244.245**	**-10,79%**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	7.226.289.850	3.765.865.815	-47,89%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.935.944.243	8.864.596.271	-18,94%
TOTAL DÍVIDA	**18.162.234.093**	**12.630.462.086**	**-30,46%**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**10.000.000**	**20.000.000**	100,00%
SUBTOTAL	**232.466.242.721**	**232.200.590.729**	**-0,11%**
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	-25.296.876.853	-26.173.981.497	3,47%
TOTAL	**207.169.365.868**	**206.026.609.232**	**-0,55%**

Despesas por elemento econômico.

Analisando de forma mais detalhada, as despesas com o pagamento de salários do funcionalismo público civil em 2017

crescerá 5,56% em relação ao orçamento deste ano, enquanto as despesas com os funcionários militares terá um aumento de 6,41%. Estes valores projetam algum espaço para elevação salarial, em sintonia com as previsões inflacionárias utilizadas para a elaboração do orçamento, porém, muito provavelmente, abaixo dos índices inflacionários realmente observados, bem como absolutamente incapaz de recuperar perdas inflacionárias anteriores.

As despesas com aposentadorias, por sua vez, apresentam dotações para 2017 que são 10,5% superiores ao valor previsto no orçamento deste ano. Já as pensões terão valores apenas 0,68% maiores que em 2016. Por outro lado, as contribuições apresentarão um salto de mais de R$ 1 bilhão no orçamento de 2017, ou 17,94% superiores ao ano anterior.

Todos os elementos econômicos relacionados ao pagamento da dívida pública apresentarão queda em 2017, refletindo a redução destas despesas já mencionadas anteriormente, conforme os termos de renegociação das dívidas dos Estados com a União. As despesas com Juros da Dívida cairão 4,84%, enquanto os chamados Outros Encargos da Dívida serão reduzidos em 93,2%. Ambos representarão uma queda de R$ 2 bilhões nos gastos com serviços da dívida pública. O pagamento com o Principal da Dívida (Amortizações) também cairá fortemente, cerca de R$ 3,6 bilhões a menos, ou queda de 47,89%.

As demais despesas de custeio apresentam sinais divergentes. Enquanto os gastos com Material de Consumo (-3,34%), Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica (-2,74%), Serviços de Consultoria (-21,3%) e as Subvenções Sociais (-0,17%) terão valores menores em 2017, as despesas com Serviços de Terceiros / Pessoa Física (2,36%), Serviços de Limpeza e Vigilância Terceirizados (13,2%) e Passagens e Despesas de Locomoção (20,9%) terão seus orçamentos aumentados no ano que vem.

Nos investimentos, vemos queda generalizada nas despesas com obras e instalações (-2,7%) e com a aquisição de equipamentos e material permanente (-7,1%);

21

As despesas com sentenças judiciais (pagamentos de precatórios) também apresentarão queda de 2,37%;

A distribuição de receitas, ou repasses constitucionais do ICMS e IPVA aos municípios, também sofrerá queda de 1,34% em relação ao previsto em 2016, resultado da redução das receitas tributárias previstas para o ano que vem, sobretudo no caso do ICMS.

ELEMENTO DE DESPESA	LOA 2016	LOA 2017	variação 17/16
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - P. CIVIL	40.759.336.859	43.025.427.410	5,56%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - P. MILITAR	6.069.520.378	6.458.604.458	6,41%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	26.332.417.625	27.391.366.864	4,02%
CONTRIBUIÇÕES	5.605.293.246	6.610.729.356	17,94%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	23.232.642.966	25.671.842.440	10,50%
PENSÕES	6.554.790.640	6.599.290.547	0,68%
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	9.191.840.091	8.747.104.366	-4,84%
OUTROS ENCARGOS S/ A DÍVIDA POR CONTRATO	1.744.104.152	117.491.905	-93,26%
PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	7.226.289.850	3.765.865.815	-47,89%
OBRAS E INSTALAÇÕES	9.809.497.377	9.539.742.050	-2,75%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.445.328.019	2.271.555.038	-7,11%
MATERIAL DE CONSUMO	4.735.295.699	4.576.955.538	-3,34%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	749.622.286	767.324.996	2,36%
SERV.LIMPEZA, VIGILÂNCIA E OUTROS - P.JURÍDICA	2.096.599.609	2.373.785.279	13,22%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	18.580.093.362	18.071.320.031	-2,74%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.191.368.642	1.440.821.484	20,94%
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	334.060.038	262.627.532	-21,38%
SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.296.227.780	5.287.379.753	-0,17%
DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS	41.523.684.046	40.966.536.313	-1,34%
SENTENÇAS JUDICIAIS	2.898.537.302	2.829.932.469	-2,37%

Despesas com Investimentos das Empresas Estatais, Investimentos Diretos do Orçamento Estadual e Investimentos Totais.

Além da queda dos investimentos diretos do governo do Estado, também observamos a redução dos Investimentos das principais Empresas Estatais para 2017, tais como o Metrô (-7,7%), a SABESP (-11,9%) e a CDHU (-14%), a EMTU (-20,9%) e a CESP (-26,7%).

Apenas a Agencia de Fomento (+18,2%) e a DERSA (+33,2%), entre as principais empresas estatais, terão ganhos orçamentários no próximo exercício.

No geral, os investimentos das Empresas Estatais terão perdas nominais de 9,76% em 2017.

Somando os investimentos diretos do Estado aos investimentos das empresas estatais, a redução será de 7,7%. No total, a queda será de R$ 1,7 bilhão.

	LOA 2016	PLOA 2017	variação 17/16
METRO - Cia do Metropolitano de SP	3.143.100.000	2.899.098.900	-7,76%
SABESP - Cia de Saneamento Básico do ESP	2.900.569.000	2.554.277.000	-11,94%
CDHU - Cia Desenv. Habitacional Urbano ESP	1.689.487.000	1.451.572.000	-14,08%
AFESP - Agência de Fomento do Estado de SP	396.967.000	469.490.000	18,27%
EMTU - Empr. Metropolit. De Transp. Urbano de SP	455.200.100	359.707.000	-20,98%
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A.	102.200.000	136.200.000	33,27%
PRODESP - Cia de Processamento de Dados SP	80.000.000	60.000.000	-25,00%
EMAE - Empr. Metropol. de Águas e Energia	25.001.000	25.001.000	0,00%
IMESP - Imprensa Oficial do Estado S.A.	32.724.000	19.262.000	-41,14%
CESP - Cia Energética de São Paulo	18.824.000	13.791.000	-26,74%
CPOS - Cia Paulista de Obras e Serviços	1.934.000	2.371.000	22,60%
CPP - Companhia Paulista de Parcerias	1.000	1.000	0,00%
COSESP - Cia de Seguros do Est. De SP	1.000	1.000	0,00%
Companhia Paulista de Securitização	1.000	1.000	0,00%
CODASP - Cia de Desenv. Agric. de SP	140.000	0	-100,00%
Companhia Docas de São Sebastião	8.700.000	0	-100,00%
TOTAL das Empresas Estatais	**8.854.849.100**	**7.990.772.900**	**-9,76%**
TOTAL Administração Direta e Indireta	**14.034.210.199**	**13.120.528.165**	**-6,51%**
TOTAL INVESTIMENTOS DO ESTADO	**22.889.059.299**	**21.111.301.065**	**-7,77%**

Analisando apenas os investimentos estaduais das Secretarias financiados por recursos tributários estaduais (investimentos diretos do Orçamento do Estado realizados com recursos do Tesouro Estadual), observamos uma queda geral de 15,1% para 2017 em relação a 2016.

As Secretarias de Transportes (-13,1%), Educação (-26%), Segurança Pública (-28%), Saneamento (-31,1%), Desenvolvimento Econômico (-56,3%), Secretaria da Justiça (-11,6%), Secretaria de Agricultura (-39%) e Secretaria de Esporte e

Lazer (-44,4%) perdem recursos para investimentos com recursos do Tesouro Estadual em 2017.

As Secretarias de Transportes Metropolitanos (1,2%), Administração Penitenciária (13,8%), Saúde (5,9%), Cultura (17,9%), Desenvolvimento Social (98,2%), Fazenda (121,9%) e a Procuradoria Geral do Estado (150%) terão aumentos em seus orçamentos para investimentos com recursos estaduais.

INVESTIMENTOS - fonte Tesouro Estadual	LOA 2016	PLOA 2017	variação 17/16
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	17.500.010	10	-100,0%
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	20	10	-50,0%
MINISTERIO PUBLICO	30	10	-50,0%
SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	1.353.200.000	1.175.300.030	-13,1%
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	837.845.010	848.227.581	1,2%
SECRETARIA DA HABITACAO	534.919.750	512.621.048	-4,2%
SECRETARIA DA SAUDE	475.900.100	503.826.900	5,9%
SECRETARIA DA EDUCACAO	502.962.821	372.043.206	-26,0%
SECRETARIA DE TURISMO	382.263.394	328.109.201	-14,2%
SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	259.300.000	295.000.000	13,8%
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	385.700.000	277.600.000	-28,0%
CASA CIVIL	244.900.030	250.000.010	2,1%
ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	644.502.333	219.825.368	-65,9%
SECRETARIA DA FAZENDA	82.052.703	182.035.698	121,9%
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	192.699.040	132.789.371	-31,1%
SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA	260.300.030	113.653.908	-56,3%
SECRETARIA DA CULTURA	42.369.370	49.967.684	17,9%
SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	45.264.466	40.000.000	-11,6%
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	27.878.211	31.795.531	14,1%
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	10.000.010	25.000.000	150,0%
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	11.100.010	22.000.010	98,2%
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	48.800.010	13.000.010	-73,4%
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	17.380.020	10.600.010	-39,0%
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	17.000.010	9.450.000	-44,4%
SECRETARIA DE GOVERNO	5.000.000	6.629.262	32,6%
SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	10	10	0,0%
SECRETARIA DE ENERGIA E MINERACAO	1.200.000		-100,0%
TOTAL	6.382.537.328	5.419.474.838	-15,1%

24

Analisando por fonte de recursos, os investimentos estaduais totais serão financiados, crescentemente, por Recursos Federais (+ 34%) e por Outros Recursos Estaduais (+ 7,7%). Já os recursos do Tesouro Estadual (-6,9%), Operações de Crédito (-8,3%), Recursos Próprios das Empresas (-8,4%) e Outras Fontes das Empresas (-49,7%) para o financiamento dos investimentos estaduais terão quedas significativas em 2017.

INVESTIMENTOS TOTAIS - por fonte	LOA 2016	PLOA 2017	Variação %
TESOURO DO ESTADO	7.959.248.388	7.407.384.898	-6,93%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.083.457.655	8.321.189.903	-8,39%
PRÓPRIOS	2.331.262.000	2.133.440.000	-8,49%
OUTROS RECURSOS ESTADUAIS	897.418.259	966.982.112	7,75%
RECURSOS FEDERAIS	1.220.220.997	1.635.311.152	34,02%
OUTRAS FONTES - EMPRESAS	1.287.684.000	646.993.000	-49,76%
TOTAL	**22.889.059.299**	**21.111.301.065**	**-7,77%**

Despesas por Poderes e Secretarias:

O Poder Executivo perderá participação no Orçamento Total do Estado de São Paulo em 2017. Em termos nominais, o Executivo Paulista perderá 1,07% em relação ao orçamento do ano anterior, enquanto o Poder Legislativo (+8,46%), o Poder Judiciário (+7,03%), o Ministério Público (+10,48%) e a Defensoria Pública (+8,36%) terão crescimento nominal nas suas dotações.

Considerando as secretarias responsáveis por ações finalísticas no Executivo, ganham espaço real no orçamento a Educação, a

Justiça e Cidadania e a Habitação, caso se confirmem as projeções inflacionárias de 6% para 2017. Já as Secretarias de Saúde, Segurança, Administração Penitenciária, Logística e Transportes, Desenvolvimento e Assistência Social, Energia e Turismo apresentarão ganhos apenas nominais. Já as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Transportes Metropolitanos, Agricultura, Saneamento, Esporte e Lazer, Emprego e Relações de Trabalho e Direitos da Pessoa com Deficiência terão perdas nominais e reais em 2017.

Entre as “secretarias-meio”, apenas a Secretaria da Fazenda terá ganho real. A Casa Civil terá aumento apenas nominal. Já as Secretarias de Planejamento, a Procuaradoria Geral, a Secretaria de Governo e a Administração Geral terão seus orçamentos reduzidos em 2017.

26

PARTIDO DOS TRABALHADORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO
GABINETE DA LIDERANÇA

PODER / ÓRGÃO	LOA 2016	% partic	PLOA 2017	% partic	Variação % 2017/2016
LEGISLATIVO	**1.860.367.311**	**0,90%**	**2.017.719.236**	**0,98%**	**8,46%**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1.085.426.002	**0,52%**	1.135.428.850	**0,55%**	4,61%
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	774.941.309	**0,37%**	882.290.386	**0,43%**	13,85%
JUDICIÁRIO	**10.125.447.130**	**4,89%**	**10.837.544.597**	**5,26%**	**7,03%**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	10.067.423.277	**4,86%**	10.774.473.877	**5,23%**	7,02%
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	58.023.853	**0,03%**	63.070.720	**0,03%**	8,70%
MINISTÉRIO PÚBLICO	**2.085.839.267**	**1,01%**	**2.304.497.990**	**1,12%**	**10,48%**
MINISTÉRIO PÚBLICO	2.085.839.267	**1,01%**	2.304.497.990	**1,12%**	10,48%
DEFENSORIA PÚBLICA	**749.537.429**	**0,36%**	**812.191.360**	**0,39%**	**8,36%**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	749.537.429	**0,36%**	**812.191.360**	**0,39%**	8,36%
EXECUTIVO	**192.110.474.731**	**92,73%**	**190.054.656.049**	**92,25%**	**-1,07%**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	28.451.413.712	13,73%	30.459.970.640	14,78%	7,06%
SECRETARIA DA SAÚDE	21.379.112.709	10,32%	22.149.234.709	10,75%	3,60%
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	20.473.040.769	9,88%	21.515.916.403	10,44%	5,09%
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	4.360.212.842	2,10%	4.565.174.387	2,22%	4,70%
SECRETARIA DO DESENV. ECONÔMICO, CIÊNCIA TECNOLOGIA	14.716.034.385	7,10%	14.532.206.864	7,05%	-1,25%
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	10.246.211.632	4,95%	9.326.093.973	4,53%	-8,98%
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	6.292.051.541	3,04%	6.574.192.983	3,19%	4,48%
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	1.966.891.559	0,95%	2.115.356.657	1,03%	7,55%
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	1.636.424.974	0,79%	1.746.337.659	0,85%	6,72%
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	1.152.631.123	0,56%	1.027.505.359	0,50%	-10,86%
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	1.892.731.404	0,91%	1.669.016.711	0,81%	-11,82%
SECRETARIA DE ENERGIA	35.796.413	0,02%	37.498.521	0,02%	4,75%
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	1.232.972.120	0,60%	1.149.753.643	0,56%	-6,75%
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	928.543.618	0,45%	929.507.073	0,45%	0,10%
SECRETARIA DA CULTURA	822.585.818	0,40%	762.706.112	0,37%	-7,28%
SECRETARIA DE TURISMO	418.739.927	0,20%	436.580.352	0,21%	4,26%
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	211.884.753	0,10%	197.181.759	0,10%	-6,94%
SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	147.772.971	0,07%	125.566.634	0,06%	-15,03%
SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	67.682.512	0,03%	54.809.424	0,03%	-19,02%
SECRETARIA DE GOVERNO	1.110.890.222	0,54%	1.100.786.517	0,53%	-0,91%
CASA CIVIL	511.267.626	0,25%	531.590.924	0,26%	3,98%
SECRETARIA DA FAZENDA	5.907.453.590	2,85%	6.807.997.935	3,30%	15,24%
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV. REGIONAL	2.682.026.404	1,29%	2.457.240.228	1,19%	-8,38%
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.443.828.800	0,70%	1.411.986.973	0,69%	-2,21%
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO	64.258.973.307	31,02%	58.350.443.609	28,32%	-9,19%
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - TRANSF. AOS MUNICÍPIOS	41.535.101.026	20,05%	40.964.936.289	19,88%	-1,37%
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - PAGAMENTO DA DÍVIDA	18.053.548.323	8,71%	12.497.569.564	6,07%	-30,77%
SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA	0	0,00%	0	0,00%	-100,00%
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	0	0,00%	0	0,00%	-100,00%
TOTAL	**207.169.365.868**	**100,00%**	**206.026.609.232**	**100,00%**	**-0,55%**

27

Despesas por Funções:

Analisando as despesas por funções (temas), apenas as funções "Legislativas", "Judiciárias", "Previdência Social", "Direitos da Cidadania" e "Habitação" terão ganhos orçamentários reais em relação à inflação projetada para 2017 (caso esta projeção de confirme). Já as funções "Essencial à Justiça", "Segurança Pública", "Saúde", "Educação", "Saneamento" e "Ciência e Tecnologia" terão ganhos apenas nominais.

Observamos que as áreas de "Assistência Social", "Trabalho", "Cultura", "Gestão Ambiental", "Agricultura", "Transporte", "Desporto e Lazer" e "Encargos Sociais" (Pagamento de Dívidas) terão seus orçamentos reduzidos em 2017.

A função "Educação", em particular, apresenta algum ganho nominal nas subfunções "Ensino Médio", "Ensino Profissional" e "Ensino Básico". Já o "Ensino Superior" (-3,9%) apresentará queda em 2017, projetando um cenário de mais dificuldades para o financiamento das Universidades Públicas Estaduais, resultado da queda nas projeções de arrecadação do ICMS.

28

	LOA 2016	PLOA 2017	variação % 2017/2016
01 - LEGISLATIVA	1.860.367.311	2.017.719.236	8,5%
02 - JUDICIARIA	10.125.447.130	10.837.544.597	7,0%
03 - ESSENCIAL A JUSTICA	4.279.205.496	4.528.676.323	5,8%
04 - ADMINISTRACAO	5.356.571.566	4.829.858.368	-9,8%
06 - SEGURANCA PUBLICA	20.319.709.245	21.360.697.984	5,1%
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	935.311.059	916.171.357	-2,0%
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	29.918.815.164	31.987.483.305	6,9%
10 - SAUDE	24.107.883.066	25.320.520.626	5,0%
11 - TRABALHO	238.664.972	194.453.980	-18,5%
12 - EDUCACAO	40.809.129.473	42.302.408.720	3,7%
362 - ENSINO MEDIO	1.066.559.517	1.102.496.307	3,4%
363 - ENSINO PROFISSIONAL	1.438.873.550	1.488.575.953	3,5%
364 - ENSINO SUPERIOR	6.451.703.670	6.198.999.096	-3,9%
368 - EDUCACAO BASICA	15.929.847.707	16.537.664.582	3,8%
13 - CULTURA	830.721.425	768.478.712	-7,5%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	5.759.194.897	6.108.037.642	6,1%
16 - HABITACAO	1.636.424.974	1.746.337.659	6,7%
17 - SANEAMENTO	715.155.506	754.522.438	5,5%
18 - GESTAO AMBIENTAL	2.402.203.417	2.036.316.153	-15,2%
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	1.587.570.805	1.638.423.325	3,2%
20 - AGRICULTURA	1.151.766.576	1.026.548.100	-10,9%
24 - COMUNICACOES	128.396.800	128.396.700	0,0%
25 - ENERGIA	79.828.366	65.767.974	-17,6%
26 - TRANSPORTE	18.227.703.561	15.807.841.136	-13,3%
27 - DESPORTO E LAZER	211.884.753	197.181.759	-6,9%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	62.751.220.612	56.854.476.520	-9,4%

29

Despesas Constitucionais com a Educação:

Os gastos constitucionais previstos com a Educação constantes no Projeto de Lei Orçamentária para 2017 serão 4,24% maiores do que em 2016. Com a queda na Receita Líquida de Impostos de 0,75%, o percentual de aplicação na educação previsto passará de 30,52% para 32,05%.

Ocorre que diversos itens deveriam ser excluídos do cálculo do gasto com educação, tais como as despesas previdenciárias e sentenças judiciais, conforme orientação do INEP/MEC/Governo Federal. Excluídos estes valores, a aplicação real na educação ficaria em 29,59% das receitas líquidas de impostos, portanto abaixo do mínimo constitucional estadual de 30%.

30

	DISCRIMINAÇÃO	PLOA 2016	PLOA 2017	VAR 17/16
A	RECEITA TOTAL (1+2+3)	160.737.851	159.291.646	-0,90%
1	IMPOSTOS	148.955.366	145.454.932	-2,35%
2	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	9.139.960	9.739.221	6,56%
3	OUTRAS RECEITAS PROVENIENTES DE IMPOSTOS	2.642.525	4.097.493	55,06%
B	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	41.521.454	40.964.936	-1,34%
C	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (A - B)	119.216.397	118.326.710	-0,75%
D	DESPESAS	36.385.972	37.927.607	4,24%
	Secretaria da Educação	25.130.867	27.230.684	8,36%
	Universidades Estaduais	8.553.349	8.264.608	-3,38%
	Faculdades Isoladas	82.061	94.501	15,16%
	CEET Paula Souza	2.119.041	2.246.730	6,03%
	Outras Despesas de Educação	500.654	452.521	-9,61%
E	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (D / C) %	30,52%	32,05%	
	EXCLUSÕES NÃO CONTABILIZADAS			
	(-) Contribuição Patronal SPPREV	2.856.985	2.856.985	0,00%
	(-) Parcelamento de Débitos junto à Previdência Social	11.147	12.821	15,02%
	(-) Parcelamento de Débitos junto à Previdência Estadual	260.683		-100,00%
	(-) Sentenças Judiciais	2.163	39.579	1729,82%
	(-) Parcelamento PASEP	2.761		-100,00%
	(-) Débitos PASEP em Atraso			
D	DESPESAS COM EDUCAÇÃO CORRIGIDAS	33.252.233	35.018.222	5,31%
E	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO CORRIGIDO	27,89%	29,59%	

Despesas Constitucionais com a Saúde:

Os gastos constitucionais com a Saúde, segundo o PLOA 2017, terão um aumento de 7,8% em relação ao ano anterior. Diante da queda de 0,75% das Receitas Líquidas de Impostos, a aplicação prevista será de 13,32%, superior ao mínimo constitucional (12%).

Neste quadro oficial, entretanto, o governo estadual não exclui diversos itens que não poderiam constar do gasto obrigatório da saúde, à luz da LC 141/2012, que regulamentou no âmbito federal os gastos desta área. Nestes itens estão os gastos com sistemas de saúde não universais (como o sistema ligado ao servidor público), despesas específicas com custodiados e os gastos previdenciários. Desconsiderando estes valores, a aplicação

corrigida na saúde será de apenas 11,6%, ou seja, inferior ao mínimo constitucional.

	DISCRIMINAÇÃO	PLOA 2016	PLOA 2017	VAR 17/16
A	RECEITA TOTAL (1+2+3)	160.737.851	159.291.646	-0,90%
1	IMPOSTOS	148.955.366	145.454.932	-2,35%
2	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	9.139.960	9.739.221	6,56%
3	OUTRAS RECEITAS PROVENIENTES DE IMPOSTOS	2.642.525	4.097.493	55,06%
B	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	41.521.454	40.964.936	-1,34%
C	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (A - B)	119.216.397	118.326.710	-0,75%
D	DESPESAS	14.615.442	15.763.651	7,86%
E	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (D / C) %	12,26	13,32%	
	EXCLUSÕES NÃO CONTABILIZADAS			
	(-) SUPORTE ADMINISTRATIVO EM APOIO À CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO	20.400	10.906	-46,54%
	(-) GESTÃO HUMANA E SEGURA DA CUSTÓDIA	49.259	50.015	1,53%
	(-) PROVISÃO DE SERVIÇOS DE NECESSIDADES MATERIAIS BÁSICAS AOS CUSTODIADOS	10.710		-100,00%
	(-) ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR À SAÚDE NA CAPITAL	19.872	53.464	169,04%
	(-) ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PRÓPRIA - HSPE	33.000	10.000	-69,70%
	(-) ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM UNIDADES CONTRATADAS NO INTERIOR	152.865	181.000	18,41%
	(-) ADMINISTRAÇÃO GERAL DO IAMSPE		4.710	100,00%
	(-) EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DE APOIO A CUSTÓDIA E A REINTEGRAÇÃO		20	100,00%
	(-) PROVISÃO DE SERVIÇOS DE NECESSIDADES MATERIAIS BÁSICAS AOS CUSTODIADOS		11.024	100,00%
	(-) GASTO PREVIDENCIÁRIO / CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	1.194.860	1.643.210	37,52%
D	DESPESAS COM SAÚDE CORRIGIDAS	13.134.476	13.799.302	5,06%
E	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO CORRIGIDO	11,02%	11,66%	

32

Despesas com as Universidades e Centro Paula Souza:

Considerando as despesas totais com as Universidades Públicas Paulistas e o Centro Paula Souza, em todas as suas fontes de recursos, podemos destacar que USP (-4%), UNESP (-1,5%), UNICAMP (-1,5%) e a Faculdade de Medicina de Rio Preto (-2%) terão queda nominal nos seus orçamentos de 2017. Já o Centro Paula Souza terá uma elevação de apenas 3,2% em seu orçamento em relação ao ano anterior, inferior à inflação projetada para o mesmo período. Finalmente, apenas a Faculdade de Medicina de Marília terá um aumento significativo em seu orçamento (26,3%).

todas as Fontes de Recursos	LOA 2016	PLOA 2017	variação nominal %
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	**5.262.108.722**	**5.052.466.860**	**-4,0%**
INVESTIMENTOS	65.564.190	24.500.350	-62,6%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.339.181.482	854.063.510	-36,2%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.857.363.050	4.173.903.000	8,2%
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	**2.748.774.897**	**2.706.717.611**	**-1,5%**
INVESTIMENTOS	144.821.192	15.700.000	-89,2%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	522.480.337	521.087.611	-0,3%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.081.473.368	2.169.930.000	4,2%
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	**2.535.813.029**	**2.497.059.952**	**-1,5%**
INVESTIMENTOS	50.012.974	10	-100,0%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	412.079.389	434.744.062	5,5%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.073.720.666	2.062.315.880	-0,5%
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	**35.176.795**	**44.436.606**	**26,3%**
INVESTIMENTOS	249.000	200	-99,9%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.742.872	6.326.320	130,6%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.184.923	38.110.086	18,4%
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	**76.551.371**	**75.005.415**	**-2,0%**
INVESTIMENTOS	5.546.300	323.400	-94,2%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.833.778	7.910.063	15,7%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	64.171.293	66.771.952	4,1%
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	**2.226.173.864**	**2.296.673.041**	**3,2%**
INVESTIMENTOS	211.974.791	107.654.888	-49,2%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	348.595.351	385.143.468	10,5%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.665.603.722	1.803.874.685	8,3%

Receitas e Despesas Estaduais a valores constantes: os números da crise.

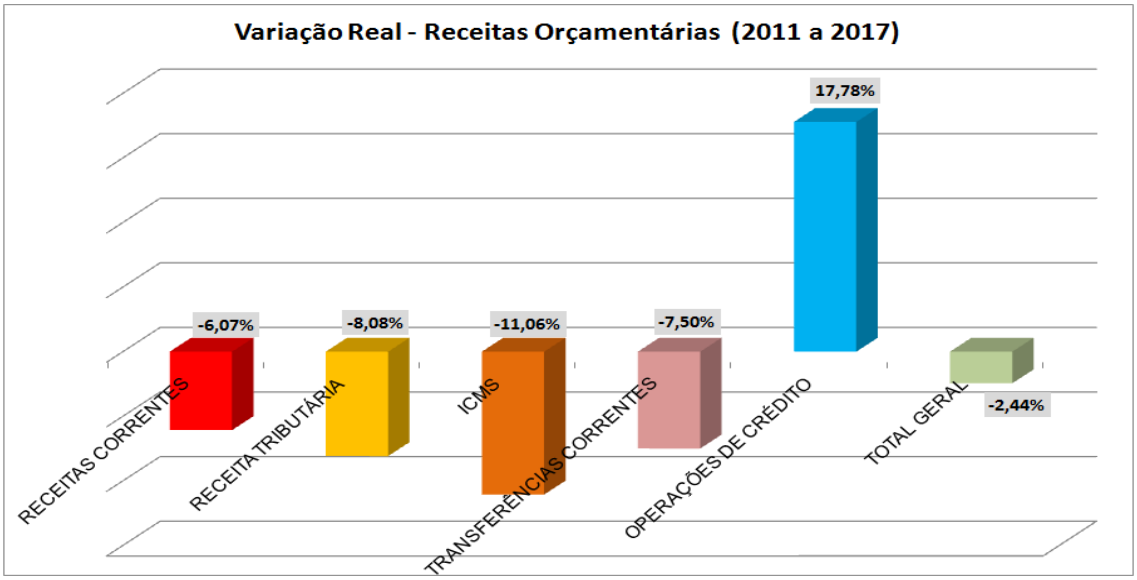
Quando analisamos a proposta de Orçamento Estadual para 2017 a valores constantes de dezembro de 2015, ou seja, descontando os efeitos inflacionários no período, podemos ter uma dimensão maior da crise econômica que atinge o país e o Estado de São Paulo em particular nos últimos dois anos, crise esta que se projeta para o ano que vem. Os valores gerais do orçamento estão retrocedendo, em termos reais, ao ano de 2011. Em relação aos orçamentos de 2014 e 2015 (os maiores de toda a série), a queda torna-se ainda maior.

As receitas tributárias projetadas para o ano que vem serão 8,08% menores, em termos reais, que as receitas do orçamento de 2011. O ICMS “puxa” esta queda, sendo 11,06% menor em 2017 que os valores previstos para 2011.

As receitas totais serão 2,44% menores em 2017 que aquelas projetadas para 2011. Esta queda, portanto, só não será maior porque as Operações de Crédito apresentaram forte elevação neste período, uma elevação cada vez mais difícil de se confirmar no ano que vem.

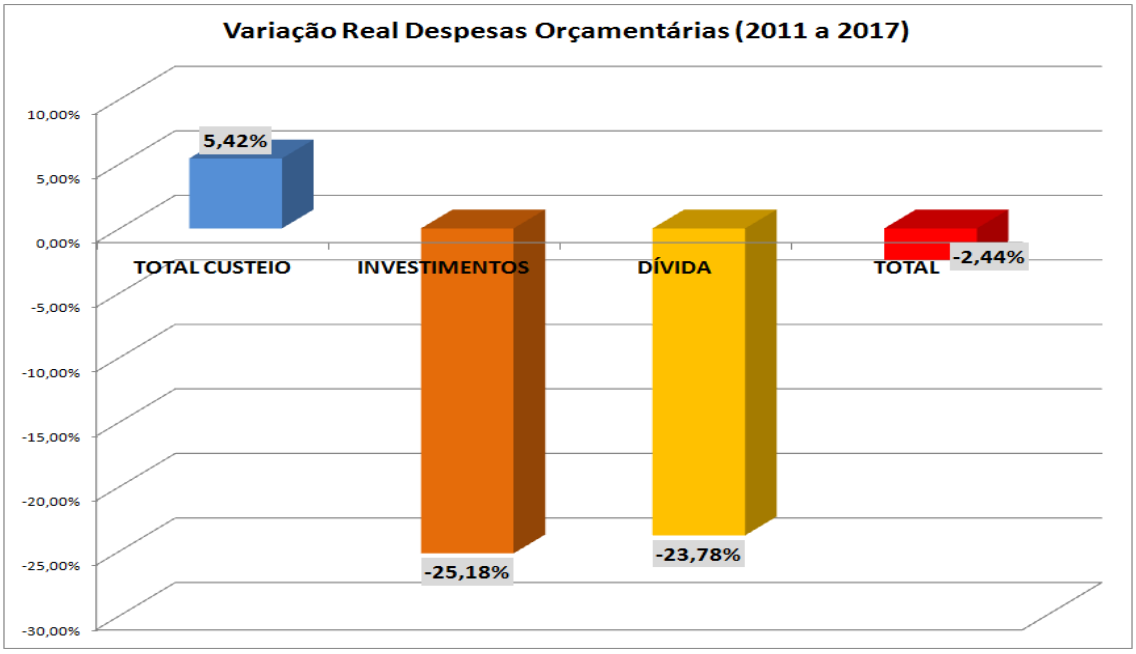
Do lado das despesas, também podemos observar que as despesas totais com o custeio são as únicas que apresentam alguma variação real positiva em relação a 2011 (+5,42%). Os investimentos totais previstos caem 25,1% em termos reais em relação a 2011, enquanto as despesas com a dívida pública caem 23,7%.

valores constantes (a preços de dez2015) índice correção IPCA - BASE 100	LOA 2011	LOA 2012	LOA 2013	LOA 2014	LOA 2015	LOA 2016	PLOA 2017	variação real 17/11
RECEITAS CORRENTES	94,65	100,57	103,87	104,77	100,00	96,10	88,91	-6,07%
RECEITA TRIBUTÁRIA	97,30	102,45	103,63	105,33	100,00	95,80	89,44	-8,08%
ICMS	98,70	103,13	103,80	105,40	100,00	95,07	87,79	-11,06%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	94,65	90,57	95,47	99,64	100,00	98,46	87,56	-7,50%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	53,72	46,04	64,11	98,00	100,00	85,33	63,27	17,78%
TOTAL GERAL	90,78	95,42	99,82	102,15	100,00	94,40	88,56	-2,44%



35

valores constantes (a preços de dez2015) índice correção IPCA	LOA 2011	LOA 2012	LOA 2013	LOA 2014	LOA 2015	LOA 2016	PLOA 2017	variação real 17/11
TOTAL CUSTEIO	88,31	94,55	98,52	101,56	100,00	95,07	93,10	5,42%
INVESTIMENTOS	95,63	91,02	101,49	104,23	100,00	85,02	71,55	-25,18%
DÍVIDA	86,57	93,11	95,65	100,91	100,00	100,57	65,98	-23,78%
TOTAL	90,68	95,40	99,70	102,03	100,00	94,29	88,46	-2,44%



Conclusões

A crise econômica que atinge o país nos últimos dois anos deve se projetar sobre o orçamento estadual em 2017.

Com a redução nominal e real do ICMS, principal item de arrecadação do governo estadual e a manutenção percentual da renúncia de receita, o governo Alckmin aposta na manutenção do “ajuste fiscal permanente” pelo lado das despesas, com redução nas despesas totais de custeio (em menor grau) e forte redução nos investimentos.

36

Os impactos desta redução das despesas se estendem sobre todas as principais Secretarias de Estado e as principais Empresas Estatais Não Dependentes, atingindo quase todos os programas e ações orçamentárias mais importantes.

O governo Alckmin segue sem acreditar no Orçamento Público como elemento capaz de ajudar na retomada do desenvolvimento da economia paulista, esperando que “apenas” as novas expectativas de investimentos do setor privado atuem como elemento dinamizador. Esta orientação, diga-se de passagem, segue em sintonia com as novas propostas econômicas do governo federal.

Na verdade, a receita tucana no Estado de São Paulo tem sido a mesma nas últimas duas décadas: sucateamento da máquina pública, privatização dos serviços, arrocho salarial do funcionalismo público, transferência do custeio para as Prefeituras Municipais e investimentos a “passo de tartaruga”.

Com a crise econômica nos últimos dois anos, o ajuste descrito tem sido mais cruel ainda.

Os trens do Metrô e da CPTM não recebem a manutenção necessária, provocando mais panes e atrasos, que somados à superlotação recordista mundial, tornam pior a vida de milhões de paulistas.

O Museu Estadual do Ipiranga, importante patrimônio nacional, está fechado para reformas desde 2013, e ficará assim até 2022, vítima que foi da falta de investimentos e manutenção adequada por décadas. O Memorial da América Latina, também estadual, diante da falta de fiscalização e cumprimento da legislação, sofreu incêndio de grandes proporções em 2014, destruindo grande parte de suas instalações, assim como o Museu Estadual da Língua Portuguesa, na Estação da Luz.

Outro que sofreu incêndio com enorme destruição de materiais e pesquisas científicas foi o Instituto Butantã, que por sua vez também sofre grave crise financeira. Aliás, a crise dos institutos de pesquisa e universidades estaduais ocorre há vários anos, impedindo a contratação de pesquisadores e comprometendo suas atividades e o desenvolvimento científico do Estado. Os casos mais emblemáticos estão na crise da USP e do Instituto Agronômico de Campinas.

Nos últimos meses, médicos residentes do Estado não recebem o reajuste prometido e entram em greve, as APAES cobram aumento do repasse do valor por aluno que está congelado há três anos, mediadores e conciliadores da Justiça Estadual reclamam a falta de orçamento público para a manutenção das suas atividades enquanto os agentes penitenciários do Estado sem reajuste salarial também fazem greve.

Esta situação vem se somar às escolas públicas e delegacias de polícia sucateadas e Institutos Médicos Legais/IMLs em condições

deploráveis, para ficarmos em apenas alguns poucos exemplos da grave situação do Estado de SP.

A escalada da crise econômica no Estado provoca o avanço da crise nos serviços públicos e a deterioração do patrimônio do Estado.

Enquanto a economia estadual cai 4,6% nos primeiros 8 meses de 2016, a arrecadação despenca quase 8% neste mesmo período. E esta crise se aprofunda. A queda na arrecadação se aproxima dos 10% ao ano.

O governo tucano, por sua vez, se recusa a aplicar outra receita para diminuir os efeitos da crise, tornando-a mais aguda.

Como já vendeu todas as instituições públicas de financiamento (Banespa e Nossa Caixa), o governo Alckmin também não tem mais instrumentos para dinamizar a economia estadual.

Seguindo a mesma receita, tenta fazer caixa desesperadamente vendendo imóveis públicos e, provavelmente, no primeiro semestre de 2017, o que restou da Companhia Energética de São Paulo (CESP), conforme anunciou o Secretário Estadual da Fazenda na Assembleia Legislativa de SP. A partir de agora, existem poucos ativos estaduais atrativos para o setor privado. Boa parte deles foi vendida nos anos 90, na primeira grande onda de privatizações.

O Estado de SP também vem sacando excepcionalmente R$ 2 bilhões por ano dos chamados Depósitos Judiciais, recursos depositados no sistema financeiro por governos, empresas ou pessoas físicas envolvidas em litígios. Estes recursos ficam sob a

administração da Justiça até que haja uma decisão final sobre a legalidade do pagamento ou seu volume. Estes saques foram permitidos a partir de 2015, sobretudo para o pagamento de precatórios.

Todos estes recursos são excepcionais, e não conseguirão compensar indefinidamente a queda de arrecadação de mais de R$ 5 bilhões em impostos apenas em 2016.

Do lado das despesas, os cortes nos investimentos são profundos: obras paradas no Metrô, na Sabesp e na CDHU, atingindo o transporte público de massa, o saneamento e a habitação em todo o Estado. As Secretarias Estaduais também pisaram "no freio" dos investimentos faz dois anos.

INVESTIMENTOS DIRETOS ESTADO SP			
	PREVISTO ORÇAMENTO	LIQUIDADO	% liq/prev
2014	15,3 bi	12,9 bi	84,3%
2015	16,3 bi	8,9 bi	54,9%
2016 jan/nov	14,0 bi	5,7 bi	41,2%
% var 16/14	**-8,6%**	**-55,3%**	
CUSTEIO ESTADO SP			
	PREVISTO ORÇAMENTO	LIQUIDADO	% liq/prev
2014	81,8 bi	80,7 bi	98,7%
2015	88,8 bi	85,1 bi	95,9%
2016 jan/nov	90,0 bi	73,2 bi	81,4%
% var 16/14	**10,0%**	**-9,3%**	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS ESTADO SP			
	PREVISTO ORÇAMENTO	LIQUIDADO	% liq/prev
2014	93,4 bi	95,5 bi	102,2%
2015	102,0 bi	105,0 bi	102,9%
2016 jan/nov	104,6 bi	90,8 bi	86,8%
% var 16/14	**12,0%**	**-4,9%**	

Conforme dados atualizados, até novembro de 2016, os investimentos realizados já caíram 55,3% em relação a 2014, um corte de R$ 7,2 bilhões.

As despesas com custeio e salários do funcionalismo também caíram, mas em proporções bem menores.

Por outro lado, o governo estadual moveu uma ação junto ao STF em abril de 2016, exigindo o não pagamento dos juros compostos em relação à dívida pública com a União. A partir desta ação, forçou uma negociação com o Governo Federal, juntamente com outros Estados, que resultou na redução de R$ 2,5 bilhões nos pagamentos da dívida do Estado de SP neste ano, economia aumentada com o não pagamento dos juros desta dívida desde o ingresso da ação no primeiro semestre.

Colocando o pacto federativo em xeque, o Estado de São Paulo vem ameaçando juridicamente e financeiramente o governo federal, conseguindo uma economia forçada de mais de R$ 5 bilhões no pagamento da dívida pública este ano. Em outros termos, provoca uma situação de “calote velado” da dívida pública, para conseguir tomar fôlego a partir deste ano até 2018. A dívida do Estado, porém, será prolongada, recaindo sobre as gerações futuras de paulistas.

A transferência de custeio para as Prefeituras já não pode prosseguir. Os municípios já bancam os alugueis de delegacias de polícia, fóruns, o custeio do Corpo de Bombeiros e o pagamento de funcionários para serviços públicos estaduais. Também pagam “os bicos” dos policiais e

a gasolina de viaturas estaduais. Com a crise econômica também afetando seus orçamentos, não podem assumir mais nada.

Para 2017, o Orçamento Estadual continuará a ser um orçamento de crise. Descontada a inflação, o Orçamento Estadual de 2017 voltará ao patamar de 2011. Tamanha regressão não poderia ser compensada sem um ajuste de natureza completamente diferente.

Mas o governo Alckmin insistirá na velha fórmula. Com a queda projetada de arrecadação do ICMS em quase R$ 2 bilhões, estão previstos cortes em todas as áreas, principalmente no investimento público, que será R$ 1,7 bilhão menor que em 2016.

A queda dos investimentos atingirá as obras de ampliação e melhorias nos trens do Metrô e da CPTM, reduzirá ainda mais a construção de casas populares na CDHU e provocará cortes nas obras em ampliação da oferta de água e esgoto tratado pela SABESP. As Universidades Estaduais também perderão investimentos, assim como os Institutos de Pesquisa.

As Secretarias de Transporte Metropolitano, Agricultura, Cultura, Saneamento, Meio Ambiente, Esporte e Emprego terão, inclusive, orçamentos menores do que em 2016.

Programas importantes do governo estadual também terão menos recursos, como a parceria com os municípios para a construção de creches, o programa de apoio às Santas Casas, a expansão do ensino técnico e tecnológico através das ETECs e FATECs, o programa de ação cultural (PROAC Editais) e as oficinas culturais, o

Melhor Caminho na Agricultura, a conservação da calha do Rio Tietê no saneamento ou ainda o Renda Cidadã e a Ação Jovem na assistência social. Obras como a Linha 18/Bronze e a Linha 6/Laranja do Metrô não avançarão, prejudicando as ligações com o ABC Paulista e a ligação da zona sul com a zona norte da cidade de São Paulo. A implantação dos trens para o interior ou ainda o túnel entre Santos e Guarujá também não sairão do papel.

Os impactos negativos do Orçamento 2017, portanto, atingem o interior e o litoral, a capital e a região metropolitana do Estado. Serão atingidos os investimentos na área social e na infraestrutura.

Os impactos da PEC do “teto dos gastos”, se aplicados ao Estado de São Paulo, aprofundarão ainda mais este quadro, em uma crise sem precedentes que impedirá, inclusive, a recuperação dos investimentos na educação, na saúde e na infraestrutura se e quando a economia paulista e a arrecadação estadual se recuperar. Congelaremos o orçamento público do Estado no pior nível da história.

Como exemplo, se o limite de gastos pela inflação tivesse sido aplicado no orçamento estadual em 2005, o Estado já teria perdido neste período quase R$ 50 bilhões em investimentos e R$ 490 bilhões em manutenção da máquina pública.

Tudo isso será feito mantendo-se uma renúncia de receitas estaduais da ordem de R$ 11 bilhões ao ano, renúncia esta com baixíssima transparência sobre quais setores e ramos estarão sendo efetivamente beneficiados.

Também serão mantidas despesas de mais de R$ 500 milhões ao ano de gastos com funcionários comissionados apenas nas empresas estaduais e fundações, sem considerar a falta de informações sobre os funcionários comissionados nas secretarias estaduais.

O combate à corrupção, que desvia bilhões dos cofres públicos estaduais, segue impune. Estão aí os casos de corrupção no propinoduto da compra e reforma de trens do Metrô e da CPTM, o superfaturamento nos contratos do Rodoanel e na Nova Marginal do Tietê, as máfias na Sabesp, os desvios de recursos na CDHU e na Fundação para o Desenvolvimento da Educação, a máfia dos fiscais de renda do Estado ou, mais recentemente, a "máfia da merenda" estadual.

Como podemos ver, outro ajuste poderia estar sendo feito, bem diferente deste proposto no Orçamento Estadual de 2017.

Enquanto isso não ocorre, o governo Alckmin segue praticando cortes para o "andar de baixo" e privilégios para o "andar de cima".

EDUCAÇÃO

A elaboração do orçamento para 2017 vem envolta na situação crítica de uma crise geral que atinge o globo todo. A proposta que o Governo de São Paulo apresenta, como sempre, é

reduzir gastos, principalmente nas áreas sociais Educação, Saúde, Segurança. E fundamentalmente congelar salários. Não foi outro o "recado" dado pelo governo federal, ilegítimo, ao funcionalismo público ao apresentar o teto para os gastos públicos com a PEC 241, agora PEC 55, no Congresso Nacional. Segundo o Governo, a projeção para a arrecadação em 2017 será de R$ 206 bilhões, 0,55% inferior ao ano de 2016. Quanto aos investimentos, serão reduzidos 6,51% com uma queda, segundo análise dos assessores da área, de R$ 2,2 bilhões.

Se recurso é um dos alvos centrais do problema com a Educação, a avaliação do Projeto de Lei do Orçamento vem demonstrar que a situação atual está muito longe, do ponto de vista dos trabalhadores funcionários públicos, de tocar o problema. Pelo contrário.

Algumas áreas selecionadas e analisadas serão importantes para melhor compreensão das perdas em Educação.

1 - Formação de Recursos Humanos

2016 - orçado R$ 222.686.792

2017 - orçado R$ 42.040.099

A formação dos professores sempre ocupou lugar destacado no conjunto de critérios para um ensino de qualidade. A formação não é um processo que começa e termina na formação inicial. É

um "moto contínuo" e perdura durante a carreira do professor (a). Assim, prejudicar a formação continuada significa reduzir a importância da Educação. A queda do percentual do ano 2016 para 2017 é de 81,1% a menos.

2 - Assistência Comunitária (Escola da Família, Ações para o enfrentamento da violência na escola)

2016 - orçado R$ 128.000.000

2017 - orçado R$ 94.537.842

As relações da comunidade com a escola sempre foram entendidas como necessárias e produtivas, principalmente para a construção do projeto político pedagógico que a escola venha adotar. A redução nessa área representou 26,1% a menos do que no orçamento do ano anterior.

3 - Alimentação e nutrição

2016 - orçado R$ 210.000.000

2017 - orçado R$ 189.000.000

A oferta de alimentação nas escolas públicas sempre foi alvo de criticas pela péssima qualidade que apresentou. Recentemente, denúncias de alimento estragado, de toneladas jogadas fora, de contratos ilegais, de corrupção, culminou na instalação, aqui na

ALESP, da CPI da Máfia da Merenda para investigação sobre o ocorrido. A queda no percentual destinado a alimentação é de 10%, bastante significativa.

4 - Ensino Superior

2016 - orçado R$ 6.451.703.670

2017 - orçado R$ 6.198.999.096

As Universidades públicas gratuitas estão com problemas financeiros graves. Concorreu para situação a má gestão de alguns de seus gestores. Atualmente, o déficit orçamentário ameaça a qualidade das universidades e o Governo Alckmin se nega a aumentar o percentual destinado há mais de 20 anos permanecendo no mesmo patamar (9,57% do ICMs - quota parte do Estado), comprometendo o papel importante do desenvolvimento da Ciência e Tecnologia para o próprio desenvolvimento do país que exige atenção especial e ações correspondentes.

5 - Ensino para jovens e adultos EJA

2016 - orçado R$ 19.100.000

2016 - orçado R$ 3.005.447

Ainda é considerável o número de alunos que abandonam os estudos antes de completá-los. O EJA é um programa que contribui para diminuir o problema, mas o governo tucano não dá a devida

importância a esses cursos, pelo contrário, vem fechando classes e praticamente abandonando sua manutenção. É fundamental que se tenha dados para saber a quantidade desses alunos fora da escola. Atualmente, com a redução dos recursos para dar continuidade ao EJA. A perda foi de 84,3%, praticamente condenando-o à extinção.

6 - Investimentos – Se está quase impossível trabalhar com essa redução nos investimentos, fica ainda mais difícil a perda que a Educação terá nesse orçamento pois vai aumentar ainda mais as necessidades de longa data. Além disso, o percentual obrigatório de 30% sofre uma redução porque inclui pagamento de aposentadorias considerado irregular pelo MEC e pelo Tribunal de Contas de SP. Com isso, não atinge os 30% obrigatórios pela Constituição. A queda dos investimentos em Educação representa uma perda de R$ 140 milhões.

7 – Salários - E por fim a questão salarial. O quadro abaixo é a reprodução do que representa a Educação no contexto do ideário tucano.

TABELA 10
Salário Inicial e Final do Quadro do Magistério – Ativo
Rede Estadual de São Paulo, abril de 2016

Classe	Inicial		Final	
	Faixa / Nível	Salário Base	Faixa / Nível	Salário Base
Classe dos Docentes (12hs)				
Professor de Educação Básica I	1– I	626,07	8–VIII	1.772,10
Professor de Educação Básica II	1– I	724,77	8–VIII	2.051,44
Classe dos Docentes (24hs)				
Professor de Educação Básica I	1– I	1.252,17	8–VIII	3.544,21
Professor de Educação Básica II	1– I	1.449,52	8–VIII	4.102,88
Professor II (em extinção)	1– I	1.328,67	8–VIII	3.760,77
Classe dos Docentes (30hs)				
Professor de Educação Básica I	1– I	1.565,20	8–VIII	4.430,26
Professor de Educação Básica II	1– I	1.811,91	8–VIII	5.128,60
Professor II (em extinção)	1– I	1.660,84	8–VIII	4.700,97
Classe dos Docentes (40hs)				
Professor de Educação Básica I	1– I	2.086,93	8–VIII	5.907,02
Professor de Educação Básica II	1– I	2.415,89	8–VIII	6.838,13
Classes de Suporte Pedagógico (40 hs)				
Diretor de Escola	1– I	2.840,00	8–VIII	8.038,58
Supervisor de Ensino	1– I	3.243,08	8–VIII	9.179,50
Dirigente Regional de Ensino	-	7.157,46	-	
Classes Suporte Pedagógico (em extinção)				
Assistente de Diretor	1– I	2.344,99	8–VIII	6.637,47
Orientador Educacional	1– I	2.344,99	8–VIII	6.637,47
Coordenador Pedagógico	1– I	2.344,99	8–VIII	6.637,47
Delegado de Ensino (cargo extinto)	1– I	4.030,50	1–V	4.899,10

Fonte: SEESP/ DRHU – Departamento de Recursos Humanos

49

HABITAÇÃO

[1]"O Orçamento do Estado de São Paulo em 2017 será de R$ 206 bilhões, segundo o Projeto de Lei Orçamentária enviada pelo governo Alckmin à Assembleia Legislativa. Em termos nominais, esta proposta é 0,55% inferior ao orçamento de 2016. Pela primeira vez o Governo Estadual apresenta uma proposta orçamentária menor que a anterior em termos nominais, refletindo a conjuntura econômica recessiva em 2016 e a previsão de continuidade deste cenário para 2017. Para as projeções do orçamento, o governo Alckmin aposta no seguinte cenário para 2017: uma inflação de 5,14%, um crescimento do PIB de 1,30% e uma taxa de câmbio de R$ 3,45/US$. Esse cenário apresenta queda na inflação esperada em relação à LDO 2017, bem como crescimento da economia um pouco maior e um câmbio mais valorizado em relação à LDO. Cumpre lembrar que o orçamento ainda não está sujeito às novas regras para as despesas, uma vez que ainda está em tramitação no Congresso Nacional a [2]PEC 241/2016 (Novo Regime Fiscal – "teto para os gastos") e o PLP 257/2016 (Renegociação da Dívida dos Estados) ".

Parâmetros Macroeconômicos - 2017			
Previsão	**LDO ESP**	**LOA ESP**	**UNIÃO**
IPCA	6,00%	5,14%	6,00%
PIB paulista e Brasil	0,35%	1,30%	1,00%
Câmbio	4,2	3,45	4,4

Elaboração: Assessoria de Finanças da Liderança do PT

[1] Extraído da Nota Técnica da Assessoria de Finanças da Liderança do PT
[2] PEC nº 241 na Câmara dos Deputados e n º55 no Senado Federal

As atribuições da Secretaria de Habitação são: Planejar, coordenar e assegurar ações do Governo do Estado, visando atender as necessidades habitacionais da população; acompanhar e controlar o cumprimento das metas e dos compromissos estaduais na área da habitação popular; participar das ações do Governo e dos Municípios do Estado na implantação de equipamentos sociais e comunitários, nas áreas destinadas aos programas habitacionais; estimular e apoiar programas municipais de habitação; celebrar, quando autorizado pelo Governador, convênios com instituições públicas e privadas, visando a construção de unidades habitacionais, a implantação de equipamentos urbanos e de infraestrutura e o desenvolvimento de áreas habitacionais precárias; definir as diretrizes e critérios para a concessão de financiamentos e subsídios aos beneficiários dos planos e programas do Estado, no setor habitacional; estabelecer as condições operacionais de utilização dos recursos de fundos e de outros recursos vinculados de seu orçamento anual, visando assegurar o cumprimento de suas finalidades; estabelecer diretrizes para atuação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e aprovar seus planos e programas; proceder ao exame e à anuência prévia em relação a loteamentos ou desmembramentos localizados em

51

regiões metropolitanas; formular o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e seus respectivos programas e ações.

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano – CDHU é um órgão ligado à secretaria e tem por objetivo: Elaborar ou contratar a elaboração de projetos e suas implantações, promover medidas de apoio à realização de Planos e Programas de Habitação de interesse Social destinados à redução gradativa das necessidades habitacionais; articular as demais instâncias de governo objetivando a otimização da ação habitacional, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo mediante: aquisição, urbanização e parcelamento de áreas para fins habitacionais; comercialização de lotes urbanizados; implantação de equipamentos comunitários; comercialização de habitações; locação social de habitações; ampliação e/ou melhoria de habitações existentes; recuperação de assentamentos precários, dotando-os da infraestrutura necessária; aquisição e venda de materiais de construção; prestação de serviços de assistência técnica, jurídico legal, comunitária e financeira aos programas estaduais e municipais de habitação; promoção de estocagem estratégica de terrenos para assegurar a execução de programas habitacionais, considerando as diretrizes locais de uso de solo e a conveniência de maximizar os investimentos públicos em serviços urbanos básicos. Integrar-se ao S.F.H. - Sistema Financeiro da

52

Habitação, assumindo todas as atribuições e responsabilidades decorrentes da lei e das normas editadas por seus órgãos competentes. Elaborar e promover projetos de empreendimentos habitacionais para implantação através do sistema de parceria público-privada. Promover, amigável ou judicialmente, desapropriações de bens necessários ao atendimento de suas finalidades, previamente declarados de interesse social ou de utilidade pública pelo Governo do Estado, consoante autorização outorgada pela Lei Estadual nº 905 de 18/12/1975. Atuar como agente operador do Fundo Garantidor do Estado de São Paulo, segundo Lei Estadual nº 12.801/2008 e seus regulamentos.

Os programas da Secretaria, num total de dez, são: Participação Societária; Apoio Administrativo; Obrigações Previdenciárias em Complementação; Fomento à Habitação de Interesse Social- Casa Paulista; Regularização Fundiária de Interesse Habitacional; Provisão de Moradias; Requalificação Habitacional e Urbana e Inclusão Social; Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários; Habitação Sustentável e Recuperação Ambiental na Serra do Mar e Litoral Paulista; Comunicação Social.

A proposta orçamentária da Secretaria de Habitação para o ano de 2017 é de R$ 1.746.337.659, esse valor considera R$ 900.000.000 de participação societária na CDHU. Em 2016 a previsão da secretaria foi de R$ 1.636.424.974, portanto um aumento de R$ 109.912.685, ou 6,72% maior. Em 2016 a participação da

secretaria em relação ao orçamento geral foi de 0,79% e em 2017 essa participação passou a ser de 0,85%.

O orçamento para investimentos da secretaria financiados por recursos tributários estaduais previstos para 2017 é de R$ 512.621.048.

Em 2016 essa previsão foi de R$ 534.919.750, ou seja, houve uma redução de R$ R$ 22.298.702,00, ou 4,2%.

54

Resumo Geral da SH – em R$1,00

Órgão/Empresa	P.LOA 2016 (R$)	P.LOA 2017 (R$)	Variação Nominal 2016/2017	Variação % 2016/2017
Sec. de Habitação	1.636.424.974	1.746.337.659	109.912.685	6,72
CDHU	1.689.487.000	1.451.572.000	237.915.000	(14,08)

O Orçamento da Secretaria tem uma única função: Habitação.

As subfunções são: administração geral R$ 54.350.212 milhões (3,11%); comunicação social R$ 112.500 mil (0,00%); previdência complementar R$ 1.536.904 milhões (0,00%); infraestrutura urbana R$ 102.405.210 (0,06%) milhões; habitação urbana R$ 1.525.411.203 milhões (87%); preservação e conservação ambiental R$ 62.521.630 milhões (0,04%).

São quatro as fontes de recursos da Secretaria:

Tesouro do Estado R$ 1.574.306.939 bilhões (90,15%); Vinculados Estaduais R$ 51.410 milhões (0,00%); Vinculados Federais R$ 111.438.910 milhões (6,38%); Operações de Crédito R$ 60.540.400 milhões (3,47%).

As despesas e os percentuais com relação ao orçamento são: Pessoal e Encargos Sociais R$10.691.760 milhões (0,612%); Outras Despesas Correntes, R$ 151.045.561 milhões (8,649%); Investimentos, R$ 684.600.338 milhão (39,20%); Inversões Financeiras R$ 900.000.000 (51,34%).

Programas da SH em R$ 1,00

Programas	Valores em R$1,00	% em relação ao Orçamento da SH
[3]Participação Societária	900.000.000	51,536
Apoio Administrativo	54.350.212	3,112
Obrigações Previdenciárias em Complementação	1.536.904	0,088
Fomento à Habitação de Interesse Social - Casa Paulista	599.999.790	34,358
Regularização Fundiária de Interesse Habitacional	17.215.293	0,986
Provisão de Moradias	100	0,000
Requalificação Habitacional e Urbana e Inclusão Social	55.667.550	3,188
Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários	54.933.680	3,146
Habitação Sustentável e Recuperação Ambiental na Serra do Mar e Litoral Paulista	62.521.630	3,580

[3] Esse Valor é repassado para a CDHU como subscrição de ações.

56

Comunicação social	112.500	0,006
Total	**1.746.337.659**	**100**

Os programas da CDHU, num total de sete, são: Fomento à Habitação de Interesse Social - Casa Paulista; Regularização Fundiária de Interesse Habitacional; Provisão de Moradias; Requalificação Habitacional e Urbana e Inclusão Social; Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários; Habitação Sustentável e Recuperação Ambiental na Serra do Mar e Litoral Paulista e Saneamento Ambiental em Mananciais De Interesse Regional.

A CDHU tem uma previsão orçamentária para o ano de 2017 de R$ 1.451.572.000,00 contra R$ 1.689.487.000,00 de 2016, ou seja, uma diferença a menor de R$ 237.915.000,00, o equivalente a 14,08%.

O Orçamento da CDHU tem uma única função: Habitação.

As subfunções são: Infraestrutura Urbana R$ 46.520.000 milhões (3,20%); Habitação Urbana R$ 1.270.081.000 bilhão (87,50%); Preservação e Conservação Ambiental R$ 134.971.000 milhões (9,30%).

São quatro as fontes de financiamento da CDHU:

Subscrição de Ações (repasse do tesouro) R$ 900.000.000 milhões (62,00%); Próprios R$ 409.444.000 (28,21%); Outras Fontes R$

57

132.432.000 milhões (9,12%); Operações de Crédito R$ 9.696.000 milhões (0,67%).

Programas da CDHU em R$ 1,00

Programas	Valores em R$1,00	% em relação ao Orçamento da SH
Fomento à Habitação de Interesse Social - Casa Paulista	13.586.000	0,94
Regularização Fundiária de Interesse Habitacional	49.583.000	3,42
Provisão de Moradias	710.868.000	48,97
Requalificação Habitacional e Urbana e Inclusão Social	190.433.000	13,12
Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários	352.131.000	24,26
Habitação Sustentável e Recuperação Ambiental na Serra do Mar e Litoral Paulista	88.078.000	6,07
Saneamento Ambiental em Mananciais De Interesse Regional	46.893.000	3,23
Total	**1.451.572.000**	**100**

SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

"O Orçamento do Estado de São Paulo em 2017 será de R$ 206 bilhões, segundo o Projeto de Lei Orçamentária enviado pelo Governador Alckmin à Assembleia Legislativa. Em termos nominais, esta proposta é 0,55% inferior ao orçamento de 2016. Pela primeira vez o Governo Estadual apresenta uma proposta orçamentária menor que a anterior em termos nominais, refletindo a conjuntura econômica recessiva em 2016 e a previsão de continuidade deste cenário para 2017. Para as projeções do orçamento, o governo Alckmin aposta no seguinte cenário para 2017: uma inflação de 5,14%, um crescimento do PIB de 1,30% e uma taxa de câmbio de R$ 3,45/US$. Esse cenário apresenta queda na inflação esperada em relação à LDO 2017, bem como crescimento da economia um pouco maior e um câmbio mais valorizado em relação à LDO. Cumpre lembrar que o orçamento ainda não está sujeito às novas regras para as despesas, uma vez que ainda está em tramitação no Congresso Nacional a [4]PEC 241/2016 (Novo Regime Fiscal – "teto para os gastos") e o PLP 257/2016 (Renegociação da Dívida dos Estados) ".

[4] A PEC 241 na Câmara dos Deputados e 55 no Senado Federal

Parâmetros Macroeconômicos - 2017			
Previsão	LDO ESP	LOA ESP	UNIÃO
IPCA	6,00%	5,14%	6,00%
PIB paulista e Brasil	0,35%	1,30%	1,00%
Câmbio	4,2	3,45	4,4

Elaboração: Assessoria de Finanças da Liderança do PT

Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

[i]As principais atribuições da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - (SSRH) são: planejar e executar as políticas estaduais de recursos hídricos e saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo; elaborar, desenvolver e implementar planos e programas de apoio aos municípios do Estado nas áreas de sua atuação; coordenar e supervisionar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH e aplicação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Os órgãos ligados à secretaria são: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp (companhia de economia mista) que tem por objetivo planejar, executar e operar os serviços de saneamento básico em todo o Estado de São Paulo, respeitada a autonomia dos municípios, no Brasil e no Exterior e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE (autarquia) que tem como principais atribuições: estabelecer a política de utilização dos recursos hídricos, tendo em vista o desenvolvimento integral

60

das bacias hidrográficas; planejar e desenvolver estudos e projetos, bem como executar serviços e obras relativos ao aproveitamento integral dos recursos hídricos, diretamente ou mediante convênio ou contrato com terceiros; desenvolver a ecologia, promover a defesa do meio ambiente e executar serviços e obras de saneamento; administrar as águas subterrâneas do Estado, nos campos de pesquisa, captação, fiscalização, extração e acompanhamento de sua interação com águas superficiais e com o ciclo hidrológico; colaborar com órgãos federais, estaduais e municipais e prestar, quando solicitada, assistência aos municípios, em matéria de sua competência.

Os programas da Secretaria, num total de nove, são: Encargos Gerais, Participação Societária; Obrigações Previdenciárias em Complementação; Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional; Infraestrutura Hídrica, Combate às Enchentes e Saneamento; Planejamento e Administração dos Recursos Hídricos; Gestão Administrativa em Saneamento e Recursos Hídricos; Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Saneamento do Estado; Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos.

A proposta orçamentária da SSRH para o ano de 2017 é de R$ 1.669.016.711. Este valor se divide em R$ 620.533.578 (37,18%) para a administração direta e R$ 1.048.483.133 (62,82%) para o DAEE. Em 2016 a previsão da SSRH foi de R$ 1.892.731.404,

portanto uma redução de R$ 223.714.693, ou 11,82% menor. Em 2016 a participação da secretaria em relação ao orçamento geral foi de 0,91% e em 2017 essa participação caiu para 0,81%.

O orçamento para investimentos da Secretaria previsto para 2017 é de R$ 2.554.277.000, que representa o orçamento da Sabesp. Em 2016 essa previsão foi de R$ 2.900.569.000, ou seja, houve uma redução de R$ 346.292.000, ou 11,94%.

O orçamento total da Secretaria será de R$ 4.223.294.711, ou 2,05% em relação ao orçamento geral do Estado proposto para 2017 que é de R$ 206.026.609.232.

Resumo Geral da SSRH – em R$1,00

Órgão SSRH	P.LOA 2015 (R$)	P.LOA 2016 (R$)	P.LOA 2017 (R$)	Variação Nominal 2016/2017	Variação % 2016/2017
Orçamento Fiscal	1.954.731.989	1.892.731.404	1.669.016.711	223.714.693	(11,8)
Orçamento de Investimento Sabesp	2.676.010.000	2.900.569.000	2.554.277.000	346.292.000	(11,9)
Total	4.630.741.898	4.793.300.404	4.223.293.711	570.006.693	(11,9)

O Orçamento da Secretaria divide-se nas seguintes funções: saneamento R$ 671.597.131milhões (40,24%); gestão ambiental R$ 886.562.510 bilhões (53,12%); encargos especiais R$ 110.857.070milhões (6,64%).

As subfunções são: planejamento e orçamento R$ 10,00; administração geral R$ 372.387.077 milhões; tecnologia da

informação R$ 1.000.000 milhão; previdência complementar R$ 185.891.404 milhões; saneamento básico rural R$ 2.500.000 milhões; saneamento básico urbano R$ 70.801.000 milhões; preservação e conservação ambiental R$ 203.476.307 milhões; recursos hídricos R$ 722.103.843 milhões; serviço da dívida externa R$ 110.857.070 milhões.

São quatro as fontes de recursos da Secretaria:

Tesouro do Estado R$ 938.066.914 bilhões (56,20%); Vinculados Estaduais R$ 187.099.922 milhões (11,21%), Próprios R$ 56.709.365 milhões (3,40%%); Vinculados Federais R$ 35.810.110 milhões (2,15%%); Operações de Crédito R$ 451.330.400 milhões (27,04%).

As despesas e os percentuais com relação ao orçamento são: Pessoal e Encargos Sociais R$ 510.684.703 milhões (30,60%); Juros e Encargos da Dívida R$ 17.491.933 milhões (1,05%); Outras Despesas Correntes, R$ 302.687.526 milhões (18,14%); Investimentos, R$ 744.786.412 bilhão (44,62%); Inversões Financeiras R$ 1.000 (0,00%); Amortização da Dívida R$ 93.365.137 milhões (5,59%).

Programas da SSRH em R$ 1,00 (inclui o DAEE)

Programas	Valores em R$1,00	% em relação ao Orçamento da SSRH

0000 – Encargos Gerais	110.857.070	6,64
0001 - Participação Societária	1.000	0,00
0102 – Obrigações Previdenciárias em Complementação	185.891.404	11,14
3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional	40.017.610	2,40
3907 – Infraestrutura Hídrica, Combate às Enchentes e Saneamento	705.271.993	42,26
3913 – Planejamento e Administração dos Recursos Hídricos	1.200.000	0,07
3931 - Gestão Administrativa em Saneamento e Recursos Hídricos	372.387.077	22,31
3932 – Planejamento, Formulação e Implementação da Política do Saneamento do Estado	118.033.540	7,07
3934 - Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos	135.357.017	8,11
Total – Programas	**1.669.016.711,00**	**100**

DAEE - Recursos e Fontes em R$ 1,00

Autarquia	Recursos Próprios	Vinculados federais	Vinculados Estaduais	Tesouro do Estado	Operação de Crédito	Total	% do DAEE em relação à SSRH
DAEE	56.709.365	60	55.000.060	564.594.348	372.179.300	1.048.483.133	62,82%

Sabesp - Recursos e Fontes em R$ 1,00

Empresas	Tesouro do Estado	Operação de Crédito	Próprios	Total	% em relação ao total de Investimento no Estado
SABESP	1.000	1.040.003.000	1.514.273.000	2.554.277.000	12,10

65

CULTURA

O Governo tucano vem afirmando que a formação das pessoas não se esgota nos bancos escolares ou na academia, mas sim, através de um processo permanente, que se enriquece com o acesso à cultura. No entanto, é exatamente na escola onde falta espaço para a cultura e cuja política educacional tem descartado os valores das práticas culturais para a formação integral do indivíduo.

O orçamento para 2017 no valor de **R$ 762.706.112,00** ainda reflete a baixa dotação destinada à Cultura, já que **R$ 150.621.007,00** pertencem a Fundação Padre Anchieta (Rádio e TV). Sobra um total de R$ R$ 612.706.112,00. Isto porque, para um orçamento do Governo estimado em R$ 206 bilhões, **a dotação da Cultura é de 0,37%** (redução de R$ 39.879.706,00 em relação ao ano anterior).

Os programas e as ações se concentram nos grandes municípios da região metropolitana da capital, com projetos de maior visibilidade para o Governo, como o Complexo Cultural da Luz – Teatro da Dança, enquanto a maioria dos municípios não consegue desenvolver atividades culturais para a sua população e muito menos para preservar a sua memória.

Como exemplo, o apoio cultural aos municípios foi excluído do PPA de 2008 e sepultado definitivamente na administração Serra.

66

No entanto, para superar essa crítica latente, o Governo criou a ação “Atividade Cultural em parceria com Municípios e Entidades”, para atender no ano de 2016, 250 municípios, com o valor programado de **R$ 838.000,00.** Essa ação para 2017 teve o valor aumentado para **R$ 1.779.947,00** com a meta de atendimento de 250 Municípios. Ocorre, que o aumento da meta corresponde especificamente ao apoio técnico.

Nesse sentido, o Governo do Estado não oferece o mínimo suporte financeiro para o desenvolvimento cultural nos Municípios. O Governo Alckmin já havia recusado a aprovação do Fundo Estadual da Cultura, de iniciativa do Deputado Vicente Cândido do PT e assinado por 67 Deputados da Assembléia Legislativa. Naquela oportunidade, o governador enviou um Projeto de Lei em substituição ao Projeto do Fundo, denominado PAC - Programa de Ação Cultural, que se transformou na Lei 12.268 de 2006.

Com o PAC, ficou comprovada a intenção do Governo do Estado em eliminar qualquer apoio financeiro aos municípios, boicotando a aprovação de um Fundo Estadual para a Cultura, que representava o início de uma política para o desenvolvimento cultural no Estado de São Paulo.

O Projeto de Lei que criava o Fundo Estadual da Cultura previa uma dotação acima de **R$ 140 milhões**, enquanto o **PROAC** apresenta para a Proposta Orçamentária para 2017**,** o valor irrisório de **R$ 40 milhões.**

Na análise do orçamento por programas, constatamos a ausência de um processo de democratização na proliferação espacial de equipamentos culturais, transferindo a responsabilidade das ações culturais e os acervos culturais do Estado (projeto do governador aprovado recentemente pela Assembléia) para os municípios, que por sua vez, estão excluídos do apoio financeiro da Secretaria da Cultura.

Isso, sem perder de vista, a ausência de fomento ao sistema de produção cultural, na medida em que a produção artística é um importante segmento produtivo no Estado de São Paulo, responsável pela geração de renda e empregos.

O cenário atual continua manifestando a ausência da Secretaria da Cultura, sobretudo no Interior do Estado, a incomunicabilidade com os diversos atores sociais, o descaso para com as tradições e a dinâmica da cultura paulista, assim como a ausência de programas culturais inseridos nos planos pedagógicos das escolas da rede estadual de ensino.

Ainda, as leis de incentivo à cultura restringem a participação dos pequenos produtores culturais e do cidadão comum. Quando o Estado assume o fracasso da qualidade de ensino nas escolas públicas e promove ações isoladas para atender os jovens em situação de risco através da cultura, perde a grande oportunidade de investir na formação integral de crianças e adolescentes,

através da formação de corais, grupos de teatro, fanfarras e orquestras de cordas. Em decorrência, esses programas continuam sinalizando para a criação de organizações sociais contratadas pelo Estado, para gerenciar equipamentos e prestar serviço público em forma de terceirização. É importante destacar algumas ações como: Centro de Estudos Musicais Tom Jobim – Conservatório de Tatuí – Projeto Guri – Oficinas Culturais – São Paulo Companhia de Dança e Fábricas de Cultura que se encontram nas mãos das Organizações Sociais.

Para uma melhor ilustração do contexto e contribuir com informações para a elaboração das emendas, apresentamos algumas ações da proposta orçamentária para 2017, com reduções significativas:

Programa 1201 – Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura: 141.096.373,00

Em relação ao ano anterior, esse programa teve **uma redução de R$ 7.074.276.00** (- 4,77%)

Ação 5706 – Atividade Cultural em Parceria com Municípios e Entidades

Realização de atividades de difusão cultural, propostas diretamente pelos municípios, por meio de apoio técnico, financeiro, além de celebração de convênios e doação de equipamentos. *A ação apresenta a dotação de* ***R$ 1.779.947,00 para 2017,*** *com a meta de* ***250 municípios atendidos*****.** *Essa ação em 2016 teve a dotação de R$ 3.338.020,00 para também atender 250 municípios*. No entanto, esse atendimento corresponde a atendimento técnico ao Município. Houve **uma redução de R$ 1.558.073,00** (- 46,68%) em relação ao orçamento anterior. Há necessidade de se aumentar em muito o valor dessa ação.

Ação 5709 – Circulação Cultural

Ampliação do acesso à produção artístico-cultural e formação de novas plateias em todo o Estado, em parceria com outros agentes (municípios, instituições e sociedade civil organizada) por meio de programas de circulação da produção cultural em todos os segmentos. O *orçamento de 2016 teve* o valor de R$ 39.630.419,00 para a realização de 2.813 atividades**.** *O Projeto de Lei Orçamentária prevê para 2017 a dotação de R$* ***31.618.541,00*** *com a mesma meta de* ***2.813 atividades***. Houve **uma redução de R$ 8.011.878,00** (- 20,22%) em relação ao orçamento anterior. É preciso aumentar o valor dessa ação.

Programa – 1203 - Formação Cultural: R$ 213.491.930,00

Em relação ao ano anterior esse programa teve uma **redução de R$ 20.555.975,00** (- 8,78%)

Ação 5469 – Oficinas Culturais

Realização de oficinas e projetos voltados à promoção e difusão cultural nas diversas linguagens artísticas. *A proposta orçamentária projetou em 2016 a dotação de R$ 19.953.663,00 para atender um público de 217.000 pessoas*. *Para **2017** o valor é de **R$ 12.576.964,00** para o atendimento de **150.939 alunos.*** Houve uma **redução de R$ 7.376.402,00** (- 36,97%). Há necessidade de se aumentar o valor e a meta dessa ação.

Ação 5414 – Fábricas de Cultura

Oferecimento de atividades de educação e formação, acesso a bibliotecas, programação cultural e outras atividades nas diversas formas de expressão artística, em equipamentos

localizados em bairros da capital paulista com alto índice de vulnerabilidade juvenil. *A proposta orçamentária projetou em 2016 o valor de R$ 68.067.695,00. Para* ***2017*** *o valor é de* ***R$ 61.260.926,00*** *para o atendimento de* ***88.140 pessoas****.* Houve uma redução de **R$ 6.806.769,00** (- 10%) em relação ao orçamento anterior.

Programa 1218 - Fomento Cultural e Economia Criativa: R$ 59.600.549,00

Em relação ao ano anterior houve uma **redução de R$ 17.327.279,00**

(- 29,07%)

Ação 1986 – PROAC – Programa de Ação Cultural

Apoio a projetos culturais, por meio de concursos específicos, visando os diversos segmentos artísticos, manifestações culturais e áreas de atuação no campo da cultura, com premiação em dinheiro e de acordo com a Lei 12.268, de 10 de fevereiro de 2006. Apesar de o projeto que criava o Fundo Estadual de Cultura destinar R$ 140 milhões para a Cultura, *o PROAC teve na proposta orçamentária de 2016 a dotação de R$ 50.816.564,00 para a concessão de 363 prêmios. Em* ***2017*** *o valor é de* ***R$***

72

42.273.270,00 *para a concessão de* ***363 prêmios***. Esse valor está longe de atender às necessidades dos produtores culturais. Houve uma **redução de R$ 10.816.564,00** (- 21,29%) em relação ao orçamento anterior. Essa ação está longe de atender às necessidades da Cultura.

Ação 2304 – Fomento Rede Cultura Viva – Pontos de Cultura

Realização de programa em parceria com o Governo Federal, via Ministério da Cultura, que busca incentivar e apoiar grupos, ações e manifestações culturais de caráter comunitário e que atuam em prol da cidadania e da diversidade cultural. *Essa ação teve em 2016 a proposta orçamentária de R$ 7.914.950,00 com a meta de 100 atendimentos. Para* ***2017*** *a ação foi orçada em* ***R$ 1.293.020,00*** *com a meta de* ***100 atendimentos***. Houve uma redução de **R$ 6.621.930,00** (- 83,66%) em relação ao orçamento anterior. Essa redução corresponde à diminuição da verba federal. No entanto, o Governo Estadual deveria complementar os valores em relação ao ano anterior.

Programa 1214 – Museus: R$ 102.544.307,00

Em relação ao ano anterior esse programa teve uma **redução de R$ 11.393.821,00** (- 10%)

Ação 5732 – Gestão de Museus

Conservação e manutenção das edificações, pesquisa, organização e ampliação do acervo, atualização tecnológica, programação expositiva e de difusão cultural do Museu da Língua Portuguesa, Museu de Futebol, Museu Casa Guilherme de Almeida, Casa das Rosas, Museu Catavento, Museu da Imagem e do Som e Paço das Artes., Pinacoteca, Estação Pinacoteca, Museu da Resistência, Museu de Arte Sacra, Museu Afro Brasil, Museu do Café, Museu da Imigração (Memorial do Imigrante), Museu da Casa Brasileira, Museu da História do Estado de São Paulo, da Casa Portinari, Museu Índia Vanuire, e Museu Felícia Leirner, Museu Palácio Campos Elíseos e Museu da História. A proposta orçamentária de 2016 apresentou a dotação de R$ *113.938.118,00 com a meta de atendimento de 2.625.000 pessoas. Para* ***2017*** *o valor é de* ***R$ 102.544.307,00*** *para um público atendido de* ***2.403.750 pessoas.*** Houve uma **redução de R$ 11.393.821,00** (-10,00%) em relação ao orçamento anterior.

Programa 1206 – Rádios, TVs Educativas e Novas Mídias: R$ 150.621.007

Em relação ao ano anterior houve uma redução de R$ 15.334.963,00 **(- 9,24%)**

Ação 5460 – Produção e Transmissão das Rádios, TVs e Novas Mídias

Desenvolvimento, formatação, produção, captação e transmissão de programas/conteúdos educativos e culturais; de séries de programas de teledramaturgia, documentários e infanto-juvenis; de projetos de informação pública e prestação de serviços; produção de conteúdos para web e multiplataforma; educação à distância e co-produções nacionais e internacionais e produção independente. *A proposta orçamentária de 2016 projetou o valor de R$ 33.881.269,00 para a transmissão de 28.741 horas. Para 2017 aumentou-se a meta para* ***35.040 horas*** *e reduziu o valor do orçamento para* ***R$ 28.754.207.00****.* Houve uma **redução de R$ 5.127.062,00** (- 15,13$) em relação ao orçamento anterior.

Programa 1213 – Gestão da Política Estadual de Cultura: R$ 64.706.561,00

Em relação ao ano anterior houve uma redução de **R$ 7.825.299,00** (- 10,79%)

Ação 2026 – Implantação e Qualificação de Museus

Elaboração e execução de projetos de criação, expansão, requalificação e modernização de museus no Estado compreendendo projetos museológicos, museográficos, de acessibilidade, segurança, atualização tecnológica, reservas técnicas, áreas de trabalho e conservação. *Essa ação em 2016 teve orçado R$ 15.000.000,00. Para* ***2017*** *a proposta orçamentária é de* ***R$ 11.010.000,00*** *para* ***01 (uma) obra realizada***. Em relação ao ano anterior houve uma redução de **R$ 3.990.000,00** (- 26,60%) em relação ao orçamento anterior.

Ação 2499 – Infraestrutura de Equipamentos Culturais

Realização de obras de construção, reforma, adaptação e modernização de equipamentos culturais*. Em 2016 a proposta orçamentária foi de R$ 12.500.000,00. Para* ***2017*** *projetou-se o valor de* ***R$ 5.000.000,00*** *para a meta de* ***02 obras realizadas***. Houve uma redução de **R$ 7.500.000,00** (- 60,00%) em relação ao orçamento anterior.

ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

O Governo do Estado de São Paulo continua colocando o Esporte e o Lazer como atividade supérflua, demonstrando que a importância do Esporte se restringe a organizar e oferecer competições. Falta ao Governo políticas sociais através do Esporte e do Lazer visando à saúde e ao lazer do trabalhador, para o pleno exercício de sua cidadania.

Durante a administração tucana a maioria da população ainda não experimentou os benefícios da atividade esportiva. Primeiro, porque o Esporte permaneceu fechado à participação de muitos, restringindo a sua prática aos mais abastados financeiramente e às entidades apadrinhadas do Governo. Segundo, o Esporte foi oferecido à população por meio do espetáculo televisivo, no qual os verdadeiros beneficiários são os atletas e os seus patrocinadores.

Na mídia, mantém-se a ideia e a sensação de que o Esporte é uma coisa maravilhosa e realmente é, mas para aqueles que o praticam. Na teoria, todos são unânimes quanto à importância do Esporte na vida dos cidadãos. Na prática, o Governo do Estado tem usado o Esporte como massa de manobra e de projeção política, apesar dos investimentos exíguos e das migalhas que compõem o orçamento da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude.

Infelizmente, a política neoliberal do Governo do Estado não vem contemplando o Esporte como fenômeno social, deixando de atender

às necessidades da população, de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e de ser eficiente no processo educacional.

Hoje, o Esporte deixa de ser um fim em si mesmo e se apresenta como um recurso indispensável para alicerçar as políticas públicas voltadas para a educação, a saúde, a cultura, o meio ambiente e a segurança pública.

O desconhecimento da importância do Esporte e do Lazer entre os dirigentes do Estado vem perpetuando a ideia de que esta é uma forma de espetáculo que se volta para a minoria e não de educação, qualidade de vida, cidadania, que envolve a participação popular.

A única ação da Secretaria que apresentava um significado social e atendia alguns municípios do Estado, o Esporte Social, foi excluído da proposta orçamentária. Após a realização da Copa do Mundo, da Olimpíada e Paraolimpíada no Rio de Janeiro, o Governo do Estado continua fora da realidade do país. De 2009 a 2012 o orçamento do Esporte manteve-se em 0,1% do Orçamento Geral. Em 2016 correspondia a 0,98%. Quando se esperava que o governo saísse do discurso demagógico para investir realmente no Esporte, o orçamento chega com uma projeção de 0,95% para 2017.

O orçamento para 2017 projeta o valor de R$ 197.181.759,00 e corresponde exatamente à negação de todos os valores e benefícios do Esporte mencionados e à falta de política pública para os jovens no Estado de São Paulo. A ação até que foi reforçada, com objetivos competitivos (jogos escolares) e não como forma de propiciar

oportunidades para a participação comunitária ampliada da juventude. Quando o orçamento do Estado atinge R$ 206 bilhões, praticamente o mesmo orçamento de 2016, o orçamento de Esporte, Lazer e Juventude é reduzido para 0,95% do orçamento geral

Convém lembrar que desse orçamento, R$ 80.057.899,00 correspondem à administração geral da Secretaria. Como inovação, a Secretaria englobou todas as ações num único programa: "São Paulo mais Esporte e Lazer" com o valor de R$ 88.059.260,00 mais o programa "Juventude em Foco" com o valor de R$ 29.064.600,00 voltado quase que exclusivamente para competições escolares, totalizando o orçamento de R$ 197 milhões referente ao orçamento. Isso significa que do orçamento não resta absolutamente nada para atender os 645 Municípios do Estado de São Paulo. Para completar o quadro dramático da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, foram excluídas da proposta orçamentária as ações como o "Esporte, Lazer e Inclusão Social", "Esporte e Lazer para pessoas com deficiência" e "Capacitação em Esporte e Lazer".

É bom ressaltar que os valores do Governo do Estado (Tesouro mais investimento) para o orçamento corresponde a R$ 122.956.359,00. Outrossim, as verbas federais vinculadas (mais R$ 13.5 milhões de investimento) correspondem a R$ 65.806.840,00. Ou seja, mais de 30% do orçamento corresponde a verbas federais.

A seguir, algumas ações para a elaboração de emendas:

Programa 4109 - São Paulo mais Esporte e Lazer - Total: R$ 88.059.260,00

Ação 6028 – Bolsa Talento Esportivo

Apoio financeiro aos atletas do desporto escolar e de rendimento, praticantes de modalidades olímpicas e paraolímpicas, individuais ou coletivas. *A proposta orçamentária para 2017 projeta o valor de R$ 4.866.083,00 para a concessão de 500 bolsas. Em 2016 eram R$ 7.604.460,00* para a concessão de 650 bolsas. Há necessidade de ampliar a meta e o valor da ação já que houve uma redução de R$ 2.738.377,00 e de 150 bolsas na meta.

Ação 5117 – Esporte e Lazer para pessoas com deficiência

Desenvolvimento de programas e eventos esportivos de inclusão, voltados a atletas e pessoas com deficiência através de celebração de convênios com entidades e prefeituras. ***A proposta orçamentária de 2016 projetou o valor de R$ 2.999.661,00 para atender 400 pessoas com deficiência. A proposta orçamentária de 2017 excluiu essa ação.***

Ação 5124 – Esporte e Lazer para Todos

Promoção da prática esportiva e de lazer nas mais diversas modalidades, para atendimento de diferentes faixas etárias – crianças, adolescentes e idosos. Fomento à prática de atividade lúdica monitorada à população de todas idades, em praças esportivas, parques e espaço públicos; incentivo à prática do lazer,

atividades recreativas e esporte de participação. *Essa ação correspondia à denominação anterior de "Lazer para Todos" (antiga Viva a Vida – Lazer é Qualidade de Vida) que teve projetado no orçamento de 2016 a proposta de R$ 20.562.217,00 com a meta de 2.500 participantes. Deve ter havido um engano, com o aumento da meta e a diminuição do valor, pois, com a nova denominação a meta é de 7.500 participantes com o valor de R$ 13.477.869,00.* Em se tratando de lazer para a população, o valor e a meta são insignificantes, considerando ainda a redução de R$ 7.604.460,00 (-34,45%) em relação ao orçamento anterior.

Ação 1040 – Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos

Repasse a municípios e entidades mediante celebração de convênios para realização de obras de modernização, reformas e ampliação de instalações e construção de equipamentos para a prática de esporte, lazer e atividades da juventude, bem como reformas da sede e dos próprios por ela administrados. Na proposta orçamentária de 2016 o valor da ação era de R$ 14.000.389,00 com a meta de 01 (uma) obra. Para 2017 o Projeto de Lei Orçamentária apresenta o valor de R$ 21.100.000,00 com a meta de 01(uma) obra. Considerando a necessidade de novos equipamentos que possibilitem o acesso da população à prática esportiva, essa ação precisa de mais investimentos, considerando a redução de R$ 7.099.611,00 (-50,71%) em relação ao orçamento anterior.

Ação 4072 – Estimulando a melhoria da prática de Esporte e Lazer

Oferecimento de condições adequadas à prática de esporte, lazer e juventude, ampliando a aquisição e distribuição de materiais esportivos e de lazer, inclusive de premiações promovidas pela Pasta. *A proposta orçamentária de 2016 projetou o valor de R$3.800.000,00 para produzir 100 kits de academias ao ar livre*. O Projeto de Lei Orçamentária projeta para 2017 o valor R$ 2.650.000,00 para a meta de 61 Kits. Houve uma redução de R$ 1.150.000,00 (-30,26%) em relação ao orçamento anterior. A falta de material esportivo para as comunidades é uma realidade que precisa ser alterada, aumentando a distribuição gratuita para a população carente.

Ação 5123 – Esporte, Lazer e Inclusão Social

Promoção da prática esportiva e de lazer nas mais diversas modalidades, efetivada na criação de núcleos, onde crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 14 anos incompletos, de baixa renda, expostos à vulnerabilidade social ou excluídos socialmente possam ser atendidas pelos projetos de inclusão social. *A proposta orçamentária de 2016 projetou o valor de R$ 3.240.000,00 para também atender 500 pessoas.* Essa ação, uma das poucas que têm conotação social, com esse valor poderá atender apenas 05 municípios e/ou entidades, uma vez que cada projeto envolve 100 participantes. No jornal o “Lance” de 02/10/2014 o Governador

declarou que em 2015 o Esporte Social iria atender 28.000 jovens, o que não correspondeu ao valor e meta apresentados nestas propostas orçamentárias. Pura balela. Assim é, que essa ação foi excluída do Projeto de Lei Orçamentária para 2017.

Ação 5131 – Competições e Práticas Esportivas para Convencionais

Fomento, divulgação e realização de toda e qualquer atividade esportiva, de maneira formativa e competitiva, direcionada para a população de todas as faixas etárias, propiciando uma variada gama de oportunidades de participação em eventos esportivos como: Jogos: Abertos do Interior, Regionais, Regionais do Idoso, Estadual do Idoso, Abertos da Juventude, Ginastrada, Campeonatos e Copas, etc. de caráter regional, estadual, nacional e internacional. Auxílio a atletas em viagens nacionais e internacionais representando o Estado de São Paulo.

Em 2016 essa ação projetou o valor de R$ 24.504.153,00. O Projeto de Lei Orçamentária projeta o valor de R$ 28.407.656,00 para a meta de 150.000 pessoas.

Há uma redução brusca em relação à participação em Jogos Regionais e Abertos do Interior, quando, em anos atrás as competições envolviam mais de 450 mil atletas. Há necessidade de

se aumentar o valor e a meta dessa ação, principalmente, porque envolve outros tipos de competição.

Programa 4111- Jovem em Foco R$ 1.859.200

Ação 6156 – Competições Esportivas de Diversas Modalidades em Âmbito Escolar

Promoção de intercâmbio entre unidades escolares da rede de ensino do Estado, incentivo à prática do Esporte, descoberta de novos talentos olímpicos para representarem o Estado nos Jogos Escolares da Juventude – etapa nacional; garantia de acesso à Bolsa Talento Esportivo na categoria estudantil; capacitação aluno-atleta para inclusão em projetos de excelência da modalidade. Promoção do desempenho desportivo escolar em competição nacional.

Trata-se de uma ação nova, no valor de R$ 28.031.052,00 para atender 500.000 alunos. Com metade desse valor daria para se implantar o Esporte após o horário normal das aulas, abrindo oportunidades de participação a todos os alunos da rede estadual de ensino.

Nesse sentido, o Governo do Estado investe no Esporte competitivo para os jovens, beneficiando um número mínimo de alunos-atletas. Nada a acrescentar.

MEIO AMBIENTE

O Orçamento do Estado de São Paulo para 2017 será o segundo do ciclo orçamentário quadrienal correspondente ao Plano Plurianual que irá vigorar entre 2016 e 2019. Este orçamento, de R$ 206,0 bilhões, em valores nominais, é 0,55% inferior ao do ano anterior refletindo realização de receita menor que a estimada em 2016 e previsão de nova queda da receita. A redução nominal contrasta com previsão de inflação superior a 7% em 2016 e a estimativa na LOA para 2017 aponta para 5,14%, número utilizado como parâmetro orçamentário. A gravidade da crise econômica que tem como principal reflexo nas contas públicas a queda de arrecadação – no Estado de São Paulo ainda maior que na União – resultou na apresentação pelo executivo de uma proposta orçamentária inferior à do ano anterior, o que ocorre pela primeira vez.

Comparando a dotação da Secretaria em 2017 com o ano anterior constatamos uma redução de 6,75% no período. Como o Orçamento do Estado teve uma redução menor, de 0.55%, há significativa redução da participação da Secretaria do Meio Ambiente no conjunto do orçamento estadual.

A tabela abaixo mostra que a participação da Secretaria de Meio Ambiente no Orçamento do Estado, voltou aos patamares de 2014, após aumento nos anos de 2015 e 2016. Parte do aumento de

dotação em 2015 e 2016 tem como origem a conta de compensações ambientais que ficou congelada durante anos e, somente após denúncias, teve montante de cerca de R$ 183 milhões incorporados ao Orçamento de 2015 e R$ 166 milhões no Orçamento de 2016. Para 2017 a redução mais significativa ocorreu no programa de recuperação ambiental da Serra do Mar e Litoral Paulista cuja dotação foi reduzida de R$ 126 milhões em 2016 para R$ 47 milhões no PLOA de 2017.

Evolução do Orçamento da Secretaria do Meio Ambiente

PPA	Ano	Estado (R$ bilhões)	Secretaria (R$ milhões)	Participação
2008-2011	2008	106,1	652,9	0,62%
2008-2011	2009	118,2	703,5	0,60%
2008-2011	2010	125,5	762,7	0,62%
2008-2011	2011	140,7	840,4	0,60%
2012-2015	2012	156,5	815,5	0,52%
2012-2015	2013	173,2	882,7	0,51%
2012-2015	2014	188,9	1.038,5	0,55%
2012-2015	2015	204,6	1.256,2	0,61%
2016-2019	2016	206,8	1.233,0	0,60%
2016-2019	2017	206,0	1.149,8	0,56%

86

Na tabela seguinte podemos constatar que a proposta orçamentária para 2017 reduziu a dotação da Administração Superior e da Fundação Florestal, principalmente desta última e apresentou ligeiro aumento nominal para a Cetesb e para a Fundação Parque Zoológico.

Evolução das Unidades Orçamento R$ mil

Órgão e Unidade orçamentária	LOA_2012	LOA_2013	LOA_2014	LOA_2015	LOA_2016	LOA_2017
26000 - Secretaria do Meio Ambiente	815.468	882.714	1.038.526	1.259.853	1.232.972	1.149.754
26001 - Administração Superior e Sede	290.318	302.414	431.014	493.843	471.552	457.905
26045 - Fundação Florestal	145.976	163.269	145.237	282.389	284.772	205.542
26046 - Fundação Parque Zoológico	30.326	29.541	31.567	33.306	39.391	42.198
26097 - Cetesb	348.847	387.489	430.707	450.313	437.225	444.109

87

PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES

Vale destacar que o Orçamento do Estado teve redução de 0,55 % de 2015 para 2016. Este é o índice que deve ser considerado por

ocasião da comparação de dotação de programas e ações para efeito de participação no conjunto do Orçamento, no entanto, a este índice devem somar-se as perdas inflacionárias do período. Assim, podemos considerar, com arredondamento, qualquer incremento inferior a 8% perda real de dotação.

Como já é de praxe nas últimas gestões da Secretaria do Meio Ambiente com a troca do titular e com a elaboração de novo Plano Plurianual alterou-se a nomenclatura e a codificação da maior parte dos programas e ações apesar de não se poder inferir mudança de projeto e atuação, pois a distribuição das dotações é muito semelhante aos orçamentos dos anos anteriores. No entanto, isto reduz a clareza da comparação entre orçamentos e a manutenção das séries históricas. Novos nomes e códigos para os velhos programas e ações ineficientes e insuficientes para preservar o meio ambiente paulista.

Em 2016 houve o agravante da Secretaria do Meio Ambiente ter sido usada como “moeda de troca” para obter apoio de partido político para o candidato do governador a prefeito da Capital, conforme amplamente noticiado pela imprensa, resultando na nomeação de secretário sem qualquer atuação anterior na área e próximo a setores ruralistas opositores da preservação ambiental. Uma das primeiras medidas foi a extinção da Coordenadoria de

Educação Ambiental e o remanejamento de funcionários para a "agilização" da emissão de licenças ambientais.

2604 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE E REDUÇÃO DA PEGADA AMBIENTAL

Este programa, que engloba as atividades da CETESB, chamava-se Gestão e Controle da Qualidade Ambiental até 2015. Em relação a 2016 teve aumento de 1,9%. Passou de R$ 444.655.640 em 2016 para R$ 453.108.914 em 2017. No programa destacam-se as seguintes ações:

89

Financiamento de Projetos Ambientais pelo FECOP. Essa ação, com R$ 25.000.000 previstos para 2012, deixou de ter dotação em 2013 e em 2014 teve dotação de R$ 10.000.000, com previsão de financiar 50 projetos. Em 2015 novamente deixou de ter dotação. Em 2016 recebeu dotação de R$ 3.100.000 com o objetivo de financiar 200 projetos e para 2017 a dotação aumentou para R$ 7.500.000 com meta de 100 projetos financiados. A dotação mais que dobrou e a meta foi reduzida pela metade.

A ação *Projetos do Fundo para Preservação e Remediação de Áreas Contaminadas – FEPRAC* foi contemplada com dotação pela primeira vez em 2014 no valor de R$ 2.000.000, com meta de financiar apenas um projeto e em 2015 e 2016 deixou de ter dotação assim como não terá em 2017. O Estado de São Paulo, campeão nacional de áreas contaminadas, continuará sem remedia-las.

A ação *Monitoramento e Avaliação da Qualidade do Ar e das Águas do Estado de São Paulo* que até 2015 era denominada Avaliação da Qualidade Ambiental teve aumento de 37,7%, R$ 61.924.903 em 2016 para R$ 85.256.953 em 2017. A meta, no entanto, continuou a ser a mesma: 2.225.040 unidades de dados de concentração de poluentes atmosféricos coletados. Apesar de fazer parte do escopo da ação a meta se refere apenas à poluição do ar, não havendo meta de monitoramento para a qualidade das águas.

A ação *Licenças de Empreendimentos de Baixo e Alto Impacto Ambiental* substitui Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição, denominação utilizada até 2015, com dotação de R$ 226 milhões para 2017 ante R$ 216 milhões em 2016, aumento de 4,6%. A meta não é mensurável.

Compensação Ambiental do Rodoanel Mário Covas. Incluída pela primeira vez em 2014 a dotação desta ação era de R$ 30.000.000. Em 2015 caiu pela metade para R$ 14,5 milhões. Para 2016 estão previstos apenas R$ 4,3 milhões. Para 2017 são de R$ 1.500.000 com meta de atender um Município no trecho Norte. Pela primeira vez especifica de qual trecho do Rodoanel se origina a compensação.

2617 - CIDADANIA AMBIENTAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Programa criado no PPA 2016-2019 com dotação de R$ 58.162.318 em 2016 reduzida para R$ 53.107.038, ou 9%, com as seguintes ações:

Gestão de Parques Urbanos. A dotação, de R$ 57,3 em 2016, foi reduzida para R$ 52,3 em 2017, ou 9%. O indicador é número de visitantes com previsão de 15,8 milhões.

Educação Ambiental Integrada às Políticas Públicas Ambientais. Substitui o programa Educação Ambiental que tinha dotação de R$

1.538 mil em 2015. A dotação da ação em 2016 é de apenas R$ 800 mil e para 2017 tem nova redução para R$ 600 mil.

A ação *Fomento ao Bem-Estar da Fauna Doméstica* não tem dotação prevista e *Município Verdeazul - Protocolo de Conduta Ambiental* de apenas R$ 200 mil.

2618 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA

Programa criado no PPA 2016-2019 com dotação de R$ 405.012.307 em 2016, reduzida para R$ 386.545.227 para 2017, o que corresponde a 5%. Concentra 16 ações:

Sustentabilidade Ambiental - Microbacias. A maior parte dos recursos é proveniente de operação de crédito junto ao BIRD. Em 2016 a dotação foi de R$ 23.700 mil, reduzida para 2017 para R$ 19 milhões, ou 20%. Prevê incentivo a pequenos agricultores familiares.

Pesquisa Ambiental e Capacitação em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente denominada Pesquisa Ambiental e Diagnóstico de

Recursos Naturais até 2015. Esta ação, em 2016, teve dotação de R$ 41.451 mil e para 2017 conta com R$ 41.093 mil, com pequena redução nominal. O produto, número de publicações, não permite avaliar os resultados. Com redução de recursos, a meta subiu de 618 para 1.200 publicações e serviços técnico-científicos.

Planejamento e Gestão de Unidades de Conservação substitui Gestão de Unidades de Conservação, nomenclatura utilizada até 2015. Nesta ação foram previstos R$ 49,2 milhões em 2016. A previsão para 2017 é de R$ 71,1 milhões, aumento de 45%. A meta, não mensurável, objetiva gerir 123 unidades de conservação, mesmo número que em 2016. Em 2016 foi aprovado projeto de lei do Executivo que permite a concessão de várias unidades de conservação à exploração por parte da iniciativa privada.

Conservação Manutenção Espécies Estratégicas Educação Ambiental Parque Zoológico SP substitui Zoológico de São Paulo – Lazer e Educação Ambiental para Todos, até 2015. A dotação foi ampliada de R$ 27,8 milhões em 2015 para R$ 39,3 milhões em 2016 e para R$ 42,2 milhões para 2017, ou 52% a mais sobre 2015. O número de visitantes previsto continua o mesmo: 1.600.000.

Gestão Ambiental da Serra do Mar, Mosaicos e Corredores da Mata Atlântica substitui
Recuperação Sócio Ambiental da Serra do Mar e Sistemas de Mosaicos da Mata Atlântica, no PPA anterior. Para essa ação, que conta com financiamento do BID, foram previstos R$ 19.028 para 2015. Em 2016 a dotação foi de R$ 14.920 mil. Para 2017 ocorreu nova redução para R$ 10.443 mil, com redução de 45% em relação a 2016. O produto dessa ação manteve-se em 18 unidades de conservação beneficiadas.

A ação *Compensação Ambiental* foi incluída na proposta orçamentária de 2015 com valor de R$ 183 milhões. Em 2016 houve redução para R$ 166 milhões, ou 9%. Para 2017 está prevista nova redução para R$ 128 milhões. Em 2015 a meta era executar 52 planos de trabalho indicados pela Câmara de Compensação Ambiental, reduzida para 10 projetos em 2016 e 2017.

Gestão da Fiscalização substitui Fiscalização Florestal, Marítima e Fluvial do PPA anterior. Tem dotação de R$ 49.418, aumento de 31% em relação a 2016 quando teve dotação de R$ 37.719 mil. Em 2015 a dotação foi de R$ 45.334 mil. A meta de ações policiais, em número de 90.000 ações em 2015 foi alterada para indicadores não mensuráveis em 2016 e 2017.

Estruturação e Modernização da Fiscalização substitui Modernização da Fiscalização dos Recursos Naturais do PPA anterior. A dotação desta ação oscila de ano a ano. R$ 6.709.468 em 2012, R$ 2.400.000 em 2013, R$ 4.173.811 em 2014. Apenas R$ 173.338 em 2015. Em todo esse período a meta continuou a mesma, igual a 25% do Sistema modernizado. Em 2016 a dotação passou para R$ 4.132.675 e se manteve em R$ 4.211.689 para 2017. A meta é de 6 unidades com melhorias ou manutenções implementadas.

Preservação do Meio Ambiente. Ação incluída neste PPA com dotação R$ 23,7 milhões em 2016, reduzida para R$ 17,5 para 2017, o que representa 26% de redução. Apresenta uma meta não mensurável que é atingir o índice de 90% de ações de prevenção, fiscalização e monitoramento. Para 2016 o índice objetivado era de 100%. São recursos destinados à Polícia Ambiental e ao setor de fiscalização da Secretaria.

As demais ações deste programa têm as seguintes características:

A ação *Estoques de Carbono e Biodiversidade* que visa implementar esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais

(PSA) destinados a aumentar e recuperar os estoques de carbono e conservar a biodiversidade em áreas prioritárias ao longo do Paraíba do Sul não tem dotação orçamentária.

As ações *Gestão dos Herbários, Coleções, Acervos, Bibliotecas e Museus; Conservação e Atendimento ao Público do Jardim Botânico; Conservação e Manejo das Reservas Biológicas e Proteção do PEFI; Gestão da Fauna Silvestre* têm dotações pouco significativas.

As ações *Restauração Ecológica e Áreas em Processo de Adequação Ambiental Comprometidas com Práticas Sustentáveis* têm dotações de R$ 250 mil e R$ 660 mil, que são claramente insuficientes para fomentar a restauração florestal em 60.000 ha e promover a adequação ambiental em 12.000.000 ha, por meio do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR), respectivamente.

2619-REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Programa criado no PPA 2016-2019 com dotação de R$ 1.142.792 em 2016, ampliada para R$ 3.279.633 para 2017, com 7 ações, das quais 6 ações têm baixa dotação ou não têm dotação alguma. Estas ações são as seguintes:

Governança Ambiental da Água; Avaliação e Mapeamento de Áreas de Risco; Gerenciamento e Difusão de Informações Ambientais; Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Planejamento Ambiental; Proteção e Gestão da Água Subterrânea; Desenvolvimento de Ações na Área Ambiental com Recursos do FEHIDRO.

No PLOA para 2017 foi introduzida a ação Integração da Gestão Ambiental e Gestão de Riscos – BIRD *voltada para o Setor de Transportes e gerenciada pelo DER com dotação de R$ 2,2 milhões e meta de produzir um relatório.*

CONCLUSÕES

Por estas razões mais gerais, nosso VOTO é CONTRÀRIO ao parecer do relator Deputado José Caramez.

Encaminhamos, portanto, voto em separado com os seguintes tópicos:

1) Pela aprovação do PL 750/16;

2) Pela aprovação de emendas parlamentares na íntegra, numa cota individual de R$ 5 milhões;

3) Pela aprovação de todas as emendas destinadas ao Desenvolvimento Social, Educação, Saúde, Cultura, Agricultura, Energia, Transportes, Habitação, Saneamento, Desenvolvimento Econômico e Regional, Institutos de Pesquisa e Universidades, nos respectivos programas e ações que apresentaram redução dos investimentos previstos em valores reais em relação ao orçamento de 2016, através da SUBMENDA A de valor de R$ 2 bilhões.

4) Pela aprovação das emendas para a ação de Residência Médica no valor de R$ 51 milhões, garantindo o pagamento do reajuste em 2016 e 2017, através da SUBEMENDA B.

5) Pela aprovação de todas as emendas destinadas ao IAMSPE, até um valor global total de R$ 200 milhões, através da SUBEMENDA C;

6) Pela aprovação das emendas relacionada à Polícia Tecnico-Científica, visando atender a demanda dos peritos do IML, numa valor global de R$ 100 milhões, através da SUBEMENDA D;

7) Pela aprovação da emenda destinada à ação dos Conciliadores e Mediadores da Justiça no valor de R$ 170 milhões;

8) Pela aprovação de emenda destinada à audiências públicas regionais do Estado, na forma da SUBEMENDA E, contemplando as demandas regionais, no valor global de R$ 200 milhões;

9) Pela aprovação de todas as emendas da Administração Penitenciária, através da SUBEMENDA F, no valor total de R$ 100 milhões, contemplando a demanda dos agentes penitenciários;

10) Pela aprovação das emendas destinadas à Defensoria Pública Estadual, na forma da SUBEMENDA G, no valor total de R$ 26 milhões;

11) Pela suplementação das Receitas Correntes, na rubrica 1321 – Juros e Títulos de Renda, no valor necessário à cobertura das suplementações orçamentárias.

DEPUTADO TEONÍLIO BARBA

DEPUTADO JOÃO PAULO RILLO

100